



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1079/15	DATA: 03/07/2015	
LOCAL: João Pessoa, Paraíba	INÍCIO: 10h01min	TÉRMINO: 13h07min	PÁGINAS: 56

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

NIVALDO PIRES CARNEIRO CUNHA DA SILVA - *Rapper*.
MOISÉS ALVES - Representante do Movimento Negro de Campina Grande.
MÃE ISABEL DE ACORODAN - Representante da comunidade de terreiro de candomblé.
MÃE GORETE - Ialorixá de Campina Grande, Estado da Paraíba.
MARINHO MENDES - Promotor de Justiça.
JOSEPH ALVES DE LUCENA - Tenente, representante do Coronel Júlio César.
PAULO HENRIQUE MONTEIRO DOS SANTOS - Representante do Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero.
SEBASTIÃO BASTOS FREIRE FILHO - Vereador de Santa Rita, Estado da Paraíba.
JOSÉ SILVA - Representante da Juventude Franciscana.
ISRAEL MONTEIRO DOS SANTOS - Representante do Movimento Negro de Guarabira, Estado da Paraíba.
TÂMARA TERSO - Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Juventude.
JONATAS MONTE - Militante negro.
SAVERIO PAOLILLO - Padre, representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
LUIZ FILHO - Militante negro.
LUIZ CÂNDIDO - Representante da Associação dos Moradores do Conjunto Tibiri II, Movimento por Moradia.
SUZANY LUDIMILA SILVA - Militante do Movimento Levante Popular da Juventude.
ISAC SANTOS - Líder do Movimento de Combate ao Desemprego.
MAURÍCIO ROBERTO - Representante do NEP — Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru.

SUMÁRIO

Levantamentos de diagnósticos, informações, oitivas e diligências pertinentes ao trabalho da Comissão nos Estados.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada no auditório da FECOMÉRCIO em João Pessoa, Estado da Paraíba.
Início da gravação de má qualidade.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Grafia não confirmada: Antonio Novais.
Houve exibição de vídeo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bom dia a todas e todos.

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Esta CPI foi criada no dia 26 de março. Nós estamos na segunda etapa, que é visitar os Estados, promover audiências públicas com os movimentos, fazer diligências (*ininteligível*) familiares, as vítimas infelizmente da nossa violência, e também audiências amplas nas Assembleias.

Esta etapa é extremamente importante para os trabalhos, sob a coordenação (*ininteligível*) do Estado do Deputado Luiz Couto, do Deputado Damião Feliciano. Quero convidá-los para sentar conosco aqui um pouquinho, também do Deputado Delegado Edmar Moreira e da Deputada Relatora da CPI Rosangela Gomes. Quero agradecer aos Deputados Luiz Couto, (*ininteligível*) por organizar nossa vinda aqui.

Primeiro, eu quero dizer que esta etapa é muito importante, porque o Brasil, lamentavelmente, o Estado brasileiro decretou silêncio. Nós estávamos falando ali com a mídia, que ela tem um papel importante, que é jogar luz, romper o decreto do silêncio. De qual silêncio nós estamos falando? O silêncio da sociedade em achar que é natural matar negros e pobres no Brasil.

Nós temos uma tarefa enorme, que é além das proposições legislativas — não é Deputada Relatora Rosangela Gomes? Vemos a possibilidade de a CPI apresentar 18 novas proposições legislativas, entre elas várias PECs; além do desafio de pedir deslocamento de competência de casos emblemáticos de violência não (*ininteligível*) no Brasil. Mas, evidentemente, eu diria que até é no sentido de darmos um retorno aos familiares que ouvimos, mostrar uma sensibilidade (*ininteligível*). Mas, é evidente que a saída para a violência é resolver o problema da impunidade. É um dado da justiça criminal no Brasil. A justiça criminal, Deputado Luiz Couto, prioriza crime contra patrimônio ou tráfico de drogas disfarçado de outras coisas. Crimes contra a vida não são julgados. São 8%, e apenas 3% são presos. Então, quando se fala que tem que acabar com a impunidade, que tem de reduzir a maioria penal, não conseguem nem julgar os crimes contra a vida, os crimes adultos, querem colocar (*ininteligível*) os nossos jovens e adolescentes.



Então, nesse sentido, nós queremos, de fato, dizer que a maior tarefa, além dessa do deslocamento de competência, além das normas, das proposições legislativas, é desnaturalizar a morte dos jovens negros e pobres no Brasil.

E o que a CPI trabalha e busca é dar essa visibilidade, é envolver as Assembleias Legislativas, as Câmaras Municipais (*ininteligível*) crimes contra a vida (*ininteligível*), é que a Assembleia Legislativa, que tem como representante a nossa Deputada Estela. A ideia é de que todas as Assembleias pudessem construir opções especiais, porque nós, dando certo a proposição legislativa que vamos apresentar, vamos criar um novo sistema deliberativo compartilhado e republicano sobre segurança pública. Ou seja, não é só deliberativo, tem de ser republicano, porque, enquanto o Ministério Público não conseguir encaminhar (*ininteligível*), enquanto a Justiça não julgar os crimes, enquanto a Justiça não apurar crime de milícias, de grupos de extermínio, paramilitares, nós não vamos ter justiça.

Nesse sentido, quando conseguirmos alterar a Constituição e constitucionalizar a (*ininteligível*) o sistema compartilhado e republicano, nós queremos obrigar, obrigar mesmo, todos os entes da Federação, junto com a sociedade, a melhorar seus conceitos republicanos, porque esse tema segurança pública e o nosso Governo, que estamos há 12 anos no Poder, tem responsabilidade, porque não incentivou esse tema. Esse tema, depois da Constituição de 1988, também continuou privatizado. Só discutem segurança pública os oficiais, só discute segurança pública quem trabalha, quem é agente de segurança pública.

Na saúde, não, nós fazemos conferências, tem o conselho (*ininteligível*), tem o conselho deliberativo; na educação, temos os planos de metas (*ininteligível*) na assistência social. Em todas outras temáticas esse tema é de domínio do povo. E a segurança pública lamentavelmente é privatizada.

Nós precisamos devolver e dar (*ininteligível*) para a população se apoderar desse tema. E aí nós queremos constitucionalizar os planos nacionais de (*ininteligível*) nos Municípios.

E ontem nós apresentamos (*ininteligível*) o plano nacional, as diretrizes. E a principal, as duas principais... O primeiro artigo é que o plano terá forma da



juventude negra e pobre. E a principal diretriz é que nós temos que reduzir, nos próximos 10 anos, para um dígito, a violência.

Em João Pessoa, matam 170 a 180 a cada 100 mil pessoas; na Paraíba matam 80 a cada 100 mil pessoas jovens com recortes de *(ininteligível)*. É a maior mortalidade de jovens negros.

Quero saudar a Secretaria Executiva que está aqui, Tâmara Terso, do Conselho Nacional de Juventude *(ininteligível)*.

Então, nesse sentido, acima de 10 é guerra civil. E nós estamos em guerra civil há 30 anos, como denunciam sempre nos seus movimentos organizados do nosso povo.

Nós temos que trazer uma meta ousada para que ela possa ser cumprida, nós vamos formular um conjunto de políticas sociais, reparação de danos, mas, acima de tudo, nós vamos ter que mover todos os entes de todos os Poderes nessa missão.

Eu não posso acreditar que o Brasil seja a quinta maior *(ininteligível)* do mundo, e hoje é a sétima do mundo. Nós vamos poder fazer essa pactuação para preservar a vida do nosso povo. Vamos romper com essa banalização da vida, que é *(ininteligível.)*

O Brasil vendeu dois mitos. O primeiro mito é que o Brasil não é racista. E é com ódio o racismo, que é dissimulado, disfarçado. Não houve reparação de danos mesmo, por fim, que culminou com o trabalho escravo. E também outro mito é que o Brasil é um País fraterno, solidário. Já pensaram se não fosse? Em 2004 matou-se mais que todos os conflitos internacionais. Então, queremos romper *(ininteligível)* e tirar *(ininteligível)*. Sempre que, numa sociedade, uma mãe chega cobrando que teve alguém de sua família assassinado, a gente *(ininteligível)*.

Às vezes, já se banalizou tanto que as pessoas deixam de falar para os amigos. *(Ininteligível)*. É como se tivesse pena de morte de execução extrajudicial no Brasil. É pior do que isso. *(Ininteligível)*.

Então, estamos nessa tarefa pelo Brasil e queremos desenvolver esse debate, que não se encerra na CPI. Nós vamos trabalhar para encerrar neste mês de julho, mas, imediatamente, nós vamos constituir algumas comissões especiais,



seja no esforço (*ininteligível*) na segurança pública, seja nesse plano nacional de enfrentamento de homicídio.

Queremos voltar aqui, na Paraíba, Deputado Damião Feliciano, para discutirmos as metas objetivas através das diretrizes nacionais. Vamos fazer um apelo para que o Estado na Paraíba, a Assembleia Legislativa possa imediatamente constituir uma Comissão Especial para elaborar seu plano estadual.

Então, não precisamos esperar a votação da emenda constitucional, que vai obrigar, que vai dar 180 dias (*ininteligível*).

Eu espero que o espírito cidadão, o espírito dos nossos representantes da Assembleia e das Câmaras Municipais que venham também constituir... Porque se não vamos tratar sobre homicídio sem ter o recorte, o recorte do (*ininteligível*) para discriminação racial, temos que ter as políticas objetivas, as políticas preventivas. As ações têm que ser feitas. Em 10 anos, nós temos condição de evitar e reduzir as mortes.

Reduzir (*ininteligível*) em 10 anos, nós vamos evitar que 760 mil pessoas sejam assassinadas aqui no Brasil. Só (*ininteligível*) porque, atrás dessas vidas, (*ininteligível*) que são também mortes simbolicamente. E as principais vítimas de toda essa violência duplamente são as mulheres, que nunca desistiram de seus filhos que, mesmo após a morte, continuam pelos cantos, pelas periferias e pelas favelas. São milhões de mulheres. Ao matarem o ente, matarem o filho, matarem o neto, matarem o marido, nós fazemos com que o Estado não rompa o ciclo da pobreza, faça isso (*ininteligível*).

Nós avançamos muito. Temos muito orgulho do nosso Governo, do que o Governo Lula e o Governo Dilma fizeram, mas, de fato, ao não fazerem uma política focada, ao não dar um olhar específico para a segurança pública, nós vemos uma vida que já era histórica, mas agora é histórica dentro do nosso período de Governo democrata. Porque, ao reduzirmos basicamente o (*ininteligível*), nós temos que compreender porque a sociedade está mais intolerante (*ininteligível*).

Portanto, temos grandes desafios. Até porque, para o bem ou para o mal, eu sou daqueles que acredita que nós temos uma inclusão muito grande, não ainda arrecadação total de (*ininteligível*) mas o Governo Lula e Dilma fizeram o suficiente para colocar todos que vivem em sociedade, todos que daqui, não sei se em 2, 3, 4,



5 anos, vão dar boas (*ininteligível*) e vão fazer uma grande reivindicação e mobilização se as políticas vão chegar e esses indicadores (*ininteligível*) porque nós (*ininteligível*) hoje aqui o que aconteceu nos Estados Unidos, na França, será fichinha perto da indignação que esta sociedade, dissimulada, racista, não (*ininteligível*) como programa da nação brasileira que ela (*ininteligível*). Ou começamos hoje ou vamos fazer greve (*ininteligível*) de qualquer forma ou na luta (*ininteligível*) representante direto da sociedade civil fazendo no Brasil (*ininteligível*.)

Então, obrigado pela presença. Eu vou passar a participação (*ininteligível*) lista. Depois, nós vamos passar o vídeo; e vamos abrir a palavra (*ininteligível*). Depois, eu quero designar (*ininteligível*) Deputados que vão fazer alguns (*ininteligível*).

Então, vamos passar a palavra ao Deputado Luiz Couto; depois, ao Deputado Damião Feliciano; depois, ao Deputado (*ininteligível*).

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Bom dia a todas e a todos, Sras. e Srs. Deputados.

Este é um momento importante para que nós possamos dar um basta ao genocídio que é praticado contra a nossa juventude que mora nas periferias. E essa violência é tamanha que muitas vezes aqueles que estão no Parlamento (*ininteligível*) das campanhas e querem dizer que não há (*ininteligível*) não há genocídios. E esse aspecto mostra (*ininteligível*) estamos aqui para ouvir. Hoje teremos (*ininteligível*) audiência, onde vamos ouvir autoridades, também as entidades (*ininteligível*). E hoje aqui eu ouvi também (*ininteligível*) que aqui estão. Também ouvir familiares que enterram seus filhos e filhas (*ininteligível*). E nós queremos dar um basta nesta situação.

Então, agradeço a presença de todos (*ininteligível*) esta manhã, porque nós temos muito trabalho a fazer aqui.

Obrigado. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passo palavra ao nosso Deputado Damião Feliciano. Agradeço aqui também pela organização ao Deputado (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Bom dia a todos e a todas.



Eu queria saudar o meu Presidente da CPI, Deputado Reginaldo Lopes, e *(ininteligível)* Delegado Edson Moreira, o nosso Deputado que lutar por esse tema, Deputado Luiz Couto, *(ininteligível)* vontade de Deus até correndo risco de vida *(ininteligível)*. Cumprimentar a Deputada Rosângela, que é a Relatora desta CPI, *(ininteligível)* que me toca profundamente, mas numa dimensão e expectativa do que a gente tem que fazer em relação à questão não só desta CPI, cujo objeto é diagnosticar as causas da violência contra jovens pobres e negros do Brasil, mas, acima de tudo, poder fazer uma reflexão do vamos fazer daqui por diante.

Moisés, que é de Campina Grande, da minha cidade, inclusive, mora perto da minha casa, me conhece desde a juventude, naturalmente, sabe do meu perfil, do meu trabalho. Eu sou, com muito orgulho, o Deputado Reginaldo, o primeiro e o único Deputado Federal negro da história da Paraíba. E, naturalmente, essa discussão eu tenho feito não só aqui, mas a nível nacional. Nós estivemos aqui para debater e discutir o Estatuto da Igualdade Racial, que era um... Fazia mais de 15 anos que estava para ser discutido lá, no Congresso Nacional, e se conseguiu. À Gilberta, Secretária da Mulher, meus cumprimentos, em nome do Governo do Estado, do Governador Ricardo Coutinho e da Vice, Lígia Feliciano.

Nós discutimos, o Presidente colocou em pauta, houve uma discussão muito grande. E, na discussão, o Estatuto terminou sendo aprovado. Eu, em parte, até fui contra, porque começaram a desidratar o Estatuto. Foram tirando isso, foram tirando aquilo, foi tirando... Só ficou a questão da discussão sobre saúde. Nós tínhamos, por exemplo, uma coisa matemática, que eu achava interessante. Nos Estados Unidos, em 20% de qualquer exposição de filme ou de televisão, tem que colocar um negro. Vocês podem ver que qualquer filme que tenha nos Estados Unidos coloca-se um negro passando ou abraçando, e tudo. Tem que colocar por lei. Tinha isso no Estatuto da Igualdade Racial no Brasil, e eles foram tirando. Eu disse que estava errado. E fiquei me debatendo. No fim, disseram: *“Ou vai aprovar assim, ou...”* Eu disse: *“Aprovem, porque é melhor 20% de alguma coisa do que 100% de nada. Mas nós estamos avançando muito pouco nisso aí.”* E realmente foi o que aconteceu.

E qual é a minha temática hoje? Nós vamos sair desta CPI, essa discussão vai continuar, mas nós vamos... Eu tenho a esperança de que... Como disse o nosso Presidente, para que a gente mude, tem que debater muita coisa, porque uma



discussão dessa não dá dinheiro, discussão sobre morte de negro, sobre habitação de negro? Isso não rende, só dá problema para a sociedade brasileira. Se fosse petróleo, se fosse uma greve para obstaculizar o pré-sal, que de hora em hora é uma fortuna que se perde, essa discussão imediatamente se resolvia. Mas essa daqui é difícil e é complicada.

Então, a minha temática, que eu chamo principal, é: o que é que o poder público deve fazer pelos bolsões de miséria onde está a comunidade negra? O que é que está sendo feito? Que tipo de escolaridade que se está dando a essa população?

Eu fui um sujeito privilegiado. Sou privilegiado. Terminei o meu curso de Medicina, tive um canal para ser feito. Mas eu estou me preocupando com esses daqui de Santa Rita, que vivem aí, nesses bolsões, os que vivem lá em João Pessoa, na favela do Rio de Janeiro, em São Paulo. Qual é a política que o Governo está fazendo? Eu tenho visto nesta CPI aquele que quer fazer o enfrentamento diante das forças policiais. Isso aí não tem nada a ver. O tema não é esse. A polícia cumpre o seu papel, não é? A polícia cumpre o seu papel. Mas é preciso colocar exatamente o que o Governo tem que fazer por esse povo. Está levando política pública para lá? Está levando escola de qualidade? Está fazendo com que aquele jovem que nasceu e aquelas crianças que nasceram nessa condição futuramente possam ser cidadãos e cidadãs de bem? Que tipo de política está se fazendo? Qual é a política de saúde e a política de escola? Qual é a perspectiva que vai dar para o jovem que está na periferia para, futuramente, ter um negócio, ser um empreendedor? Porque isso aqui... Agora, não adianta só fazer o diagnóstico com o Mapa da Violência. Estou aqui com o Mapa. Papel a gente tem demais aqui, com o Mapa, cada um colorido, mostrando... Não resolve se nós não fizermos com que a política que está sendo feita...

Até uma vez eu estive com o Presidente Lula, e o Presidente Lula teve a coragem de aprovar. Teve a coragem de aprovar, porque os outros governos não tiveram a coragem de aprovar esse Estatuto. Mas se não fizer a política pública para chegar aos bolsões, daqui a 20 anos nós vamos estar do mesmo jeito.

Então, essa é a temática que mais me toca, Moisés. É isso que nós vamos discutir, é isso que nós vamos fazer, porque essa comunidade que saiu da senzala e



foi para a favela, se não tiver um substancial, vai continuar do mesmo jeito e vai mudar de nome: senzala, favela e assim por diante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Damião.

Quero passar a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Bom dia a todos.

Para mim, é um prazer estar aqui na terra dos meus pais. Os meus pais são paraibanos, nasceram aqui. Eu já tive o prazer de vir à Paraíba duas ou três vezes, uma a passeio e duas vezes a trabalho. Na terceira vez, eu vim também a trabalho. Quero dizer que nós viemos aqui mais para ouvi-los. A gente sabe que há violência, no Brasil, do Oiapoque ao Chuí, aqui no extremo do Ponta do Seixas até a Contamana, no Acre, onde a violência está campeando realmente. É claro que a parte pobre é a parte mais atingida, que tem as maiores vítimas. E a gente vai ouvi-los com todo carinho, com todo denodo, para fazer políticas públicas.

Nós temos de partir do mais próximo possível do real, o mais próximo da realidade, para que as políticas propostas realmente surtam efeitos. Se a gente parte de uma premissa não verdadeira, o que vai acontecer? As políticas não serão verdadeiras. Nós vamos fazer um esforço muito grande para solucionar aquilo lá, o que na realidade vai ser praticamente inócuo. Então, nós estamos aqui com muito carinho, trabalhando na nossa hora de folga — na nossa hora de folga, a verdade é essa —, para ouvi-los. E vamos trabalhar. Daqui, nós vamos voltar para Brasília, depois, nós vamos a Rondônia. Nós já rodamos praticamente o Brasil inteiro, justamente para detectar o problema, ir ao cerne do problema, para propor soluções.

O nosso Presidente é muito bom, experiente e muito bem-intencionado. O nosso Padre aqui também já é experiente nessa apuração. Eu estou engatinhando e aprendendo com os dois. Se Deus quiser, nós vamos chegar lá.

Vocês são a questão e vão nos ajudar a arrumar as soluções e as políticas para tentar minimizar e solucionar esse problema.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - S.Exa. falou rápido.

Com a palavra a nossa Relatora, Deputada Rosangela Gomes.



A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Bom dia a todas e a todos.
Bom dia, gente.

Eu queria cumprimentar a Mesa, na pessoa do nosso Presidente, o Deputado Reginaldo Lopes, que aqui já bem conceituou a função principal da nossa CPI, que nasceu da solicitação do Movimento Negro de mais de 30 anos. Então, esta CPI é um avanço para a nossa juventude, para o nosso povo negro e pobre. E o Reginaldo tem uma particularidade muito importante, porque já participou de outros movimentos, como a criação do CONJUVE, o Estatuto da Juventude, a política de drogas. É um homem bem experiente. Eu estou fazendo a minha primeira relatoria ao seu lado. Para mim, é uma oportunidade muito grande estar aprendendo com ele, mas também por trabalhar um tema tão importante para a nossa comunidade negra. Então, para mim, é uma satisfação estar ao lado do nosso Presidente.

Não menos importante é falar desse homem devotado ao povo menos favorecido, o Deputado Luiz Couto, por quem também tenho muito carinho e muito respeito. Na semana passada, eu estive, pela manhã, como Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos — estavam presentes também o nosso promotor Marinho e outras instituições —, na cidade de Campina Grande, ouvindo denúncias de mulheres vítimas de violência. O Deputado Luiz Couto é este homem que trabalha de forma aguerrida, devotada, pela causa do aflito e necessitado, sempre preocupado com essa questão. Eu costumo dizer, na Câmara Federal, que S.Exa. tirou a sua liberdade, o seu direito de uma vida plena e justa para poder dar a vida pelo próximo. Então, é um homem que também requer o meu carinho e o meu respeito, que é o Deputado Luiz Couto. (*Palmas.*)

Não menos importante é o Deputado Damião, que também é um guerreiro. Ele falava aqui ao meu ouvido: *“Olha, Rosângela, a minha esposa é Vice-Governadora, e eu já estou há cinco mandatos como Deputado Federal”*. Eu diria para ele que tenho que comer muito angu para chegar a esses cinco mandatos. Ele é um homem que trabalha diuturnamente na Câmara.

O Delegado Edson, que acredito está no primeiro mandato como Deputado Federal, é muito atuante. Foi ele que resolveu aquele caso do Bruno, aquele crime que cometeu no meu Estado.



Eu sou Rosangela Gomes e não vou falar mais, porque o Reginaldo já conceituou bem, o Luiz também. Eu estou aqui para ouvir. Eu vim ouvir famílias, no mês passado, com o Luiz, sobre o tema ligado à violência contra a mulher. Esse é um tema que eu também trabalho muito. E também hoje, como Relatora, volto aqui — já estou quase cidadã paraibana — para ouvir de novo a comunidade na questão da violência contra negros e pobres, a violência contra o nosso povo e a nossa gente.

Então, tenhamos um dia de trabalho bastante proativo. No final disso tudo, o que nós queremos, na verdade, é tirar esse tema da invisibilidade e, depois, queremos demandar às Câmaras Municipais, às Assembleias Legislativas, que também criem as suas Comissões, que também trabalhem, para que não deixem esse tema esquecido, não deixem esse tema invisível. Então, eu estou aqui para ouvir, porque é através das escutas — não só aquilo que nós vemos escrito no Mapa da Violência — que sentimos realmente de perto a necessidade do nosso povo e da nossa gente para produzirmos um relatório que tenha eficiência, que no final possamos fazer leis para diminuir essa violência e sobretudo o racismo que existe no nosso País, o racismo simbólico e o racismo materializado contra nós.

Isso porque hoje — finalizando, Presidente —, mesmo sendo Deputada, se eu entro em qualquer lugar, em qualquer restaurante, em qualquer padaria, as pessoas infelizmente não respeitam. Elas acham que nós, negros e pobres, somos um povo de segunda categoria. Isso tem que acabar! Isso tem que acabar e isso vai acabar com a nossa luta. *(Palmas.)* Isso vai acabar com as CPIs e com as Comissões dando visibilidade, com enfrentamento e com proposta.

Portanto, tenhamos hoje um trabalho muito positivo e de muitas ações, para que a gente possa fazer justiça no nosso País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Rosangela Gomes, Relatora.

Eu quero chamar para abrir a apresentação do *hip hop*, uma abertura cultural, o Nivaldo Pires. *(Palmas.)*

Vamos, então, desfazer a Mesa, para a gente assisti-la. *(Pausa.)*



O SR. NIVALDO PIRES CARNEIRO CUNHA DA SILVA - Bom dia a todas e a todos.

Sou Nivaldo Pires. Estou Coordenador de Política de Promoção de Igualdade Racial do Município de João Pessoa, mas, claro, estamos contribuindo com o debate aqui em Santa Rita e pretendemos contribuir com o Estado.

A música que fizemos para este momento — feita inclusive há 15 dias, e eu ainda a estou decorando — trata de vários temas e coloca a questão do extermínio da juventude negra como uma questão sistêmica. Não é só um caso de polícia, mas envolve aí o problema econômico, a questão social, questões institucionais, enfim. Então, vamos ver aqui o que sai dessa letra e o que a gente pode extrair dela.

Eu preparei algumas cópias para repassar para a Comissão, mas infelizmente as capas estão sendo produzidas, e a gente só vai entregá-las à tarde. Tá bem? E uma cópia da letra também.

(Apresentação musical. Palmas.)

O SR. NIVALDO PIRES CARNEIRO CUNHA DA SILVA - O.k.

Quero convidar agora o Moisés, que vai apresentar um vídeo que trata da realidade da juventude negra em Campina Grande.

O SR. MOISÉS ALVES - Parabéns!

Pessoal, primeiro eu quero pedir licença aos nossos antepassados, aos nossos ancestrais, à CPI, à plateia para, antes de apresentar o vídeo, dizer que na nossa cultura, na cultura de terreiro, na religiosidade, nós costumamos pedir licença aos mais velhos para que possamos trabalhar. E nós respeitamos os mais novos, porque eles precisam aprender a respeitar também os mais velhos.

Então, eu gostaria de fazer um ritual aqui, rapidinho, para a gente quebrar um pouco esse gelo. Vamos ficar de pé um pouquinho. Está todo mundo sentado. Descruzem os braços.

Deputado Luiz Couto, Deputado Damião Feliciano, Deputado Reginaldo Lopes, outros Deputados da CPI, para que este momento pudesse acontecer, Prof. Antonio Novais, muitos irmãos nossos — homens e mulheres — escravizados deram suas vidas. Talvez a violência contra a juventude, contra os jovens negros, seja resultado dessa luta contra essa escravidão.



E é em memória de Maria do Céu, companheira do Quilombo do Talhado, que deu a vida também por essa militância (*palmas*), em memória de vários garotos mortos na favela ou não, negros ou não, em memória de pessoas que derramaram seu sangue e nos ensinaram a sua luta, em memória desse povo, em memória do povo negro, em memória da nação negra afro-brasileira, que nós vamos fazer 1 minuto de silêncio.

(É prestada a homenagem solicitada.)

O SR. MOISÉS ALVES - Muito obrigado. Não se sentem, por favor.

Obrigado. (*Palmas.*)

Nós vamos fazer um ritual muito rápido. Costumeiramente, nós acordamos e não agradecemos a ninguém pela saúde, pela vida, pelo trabalho, por ter acordado bem, por ter uma família. Tudo isso acontece porque nossas divindades permitem. Nada acontece por acaso. Nós somos os quatro elementos da natureza, sim. Olhe para essa pessoa que está ao seu lado. Agora é olhar, só o lado direito assim. Dê bom dia para ela, assim: Bom dia! Bom dia, gente! Bom dia, Luiz! Bom dia, João! Beleza, pessoal? Bom dia!

(Manifestação na plateia: Bom dia!)

O SR. MOISÉS ALVES - Agora, vamos fazer um exercício, para quebrar um pouquinho o gelo. Calma, é rapidinho. Vamos fazer um exercício que costumeiramente nós não fazemos: o exercício de abraçar a nós mesmos. Dê um abraço em você aí, bem grande! Isso! Abrace mais um pouquinho, com prazer, com alegria! O povo negro é isso! O povo negro nasce para ser feliz! Nós nascemos para brilhar! Se tentam apagar a luz, tem algo errado! Mas negro, gente, nasceu para brilhar!

Então se abrace de novo, para você ver! Mais forte um pouquinho! O meu amigo Israel até sorriu! O negro está bonito, viu, Antônio Novaes? É igual ao meu amigo Ariosvalber, meu amigo Nivaldo, meu amigo Deputado Damião Feliciano, meu amigo Paulo, que esta semana já viu como é, né, Paulo? Militância é isso.

Gente, um último exercício para a gente mostrar o filme. Mas é o seguinte: você não dormiu comigo, mas me dê bom dia, mesmo sem saber o meu nome. Deseje axé, deseje coisas boas, coisas positivas. Nós entendemos que estamos em um debate sobre a violência, mas é preciso que também pensemos no humano



como um todo. Então, a gente quer ver isso. Você não me conhece, nem sabe o meu nome... Agora, vamos fazer o seguinte: vamos experimentar dar um abraço no outro agora. Vamos lá, é um abraço mesmo. Escolha a pessoa aí para dar um abraço, mais forte, um abraço porreta, um abraço humano, um abraço na comunidade, um abraço no meu povo, um sorriso do meu povo. Dê um abraço no meu povo aí, bem forte, gente! Olhe aí quanta gente bonita! Dê um abraço aqui na Assessoria, que já está brava comigo. Eu sei que ela está... Ganhe um abraço também, Isabel! É isso!... Meu amigo Fernandes, que é meu amigo há... Eu não vou dizer o tempo, não é, Índio, senão a gente revela aqui a idade.

Cadê os Deputados? Cadê o pessoal da CPI, para dar um abraço no povo negro? Beleza?

E aí olhe:

“Um sorriso negro, um abraço negro (...)”

Cantem comigo:

“Traz felicidade! Negro é a raiz (...)”

De quê?

“Um abraço negro, um sorriso negro traz felicidade, negro é a raiz (...)”

Cantem comigo assim bem alto:

“...da liberdade!” (Palmas.)

Beleza? Então, sintam-se todos cheios de axé e abraçados. Agora, a gente vai apresentar *Morte Negra, Negra Morte*. Foi um documentário — Mãe Gorete, são 15 minutos só, é rapidinho — produzido por Moisés Alves, que sou eu, pelo Prof. Ariosvalber de Souza e na produção também o cineasta Riccardo Migliore. Olhe o detalhe, Deputado Luiz Couto: este documentário não gastou um só centavo. Foi feito no peito e na raça, Paulo. Foi a militância séria do Movimento Negro de Campina Grande que o produziu, exatamente para ter uma relação com o Juventude Viva. E é sempre bom lembrar que a única cidade no Nordeste que apresentou um plano do Juventude Viva para o Nordeste, para a cidade, foi a cidade de Campina Grande, Deputado Damião Feliciano. (Palmas.)

O Movimento Negro, que vem há mais de 28 anos lutando em parceria com o PROJOVEM, em parceria com outros movimentos, construímos uma outra realidade



dentro da cidade de Campina Grande. Não é fácil, porque nós não temos incentivo nenhum, nós não temos dinheiro. É militância por paixão da temática, e a temática do povo negro é muito importante.

(Não identificado) - Que história é essa? Que história é essa, meu irmão?

O SR. MOISÉS ALVES - Não, em relação a quê?

(Não identificado) - Você está dizendo aí que criou outra história...

O SR. MOISÉS ALVES - Não, gente. Em relação ao Movimento Negro da cidade... É outra história que a gente está dizendo.

(Não identificado) - Está querendo me dizer que criou uma nova história...

O SR. MOISÉS ALVES - Não, estou dizendo que o primeiro... Espere, calma, companheiro! Tenha calma!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MOISÉS ALVES - Vamos lá. Depois a gente vai discutir sobre isso. Vamos lá. Então, a gente criou essa discussão exatamente para fazer militância e trabalhar mostrando a realidade das comunidades. E isso é importante. *Morte Negra, Negra Morte* é para o debate. E disso nós gostamos.

Quero lembrar que todas as pessoas são das comunidades e que elas têm muita relação com a história da violência, têm uma história de vítimas do tráfico, de gente que morreu, enfim, têm toda essa história, que nós vamos mostrar bem devagar para entendermos tudo.

(Não identificado) - Essa história de que o povo negro não pode ir nem para o maior São João do mundo é a nova história que você está dizendo, meu irmão? Eu estava lá, por exemplo, semana passada. É essa a nova história?

O SR. NIVALDO PIRES CARNEIRO CUNHA DA SILVA - Vamos lá, pessoal! A discussão mais do Movimento Negro a gente vê em um momento em que a gente possa se encontrar e estar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. NIVALDO PIRES CARNEIRO CUNHA DA SILVA - Claro, tranquilo.

Vamos passar para o filme? O.k.?

(Exibição de vídeo.)

O SR. MOISÉS ALVES - Esse trabalho está disponível no YouTube. Vocês podem acessá-lo tranquilamente. É um trabalho que a gente vem fazendo com muita



seriedade dentro das periferias, mostrando que nós podemos fazer muito mais coisas dentro de uma realidade não muito favorável, porém humana. E é pelo humano que nós estamos aqui.

A todos vocês, muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós designamos os Deputados Luiz Couto, Edmar Moreira e Damião Feliciano, além da Deputada Rosangela Gomes, para fazerem algumas oitivas.

Quero chamar para compor a Mesa o Sr. Marinho Mendes, Promotor de Justiça (*palmas*); o Sr. Prefeito Alves Lucena, representando o Coronel Júlio César de Oliveira, Comandante do 10º Batalhão, sediado em Santa Rita (*palmas*); o Sr. Sebastião Bastos Freire Filho, Vereador do Município de Santa Rita (*palmas*); a Sra. Mãe Isabel, da Comunidade do Terreiro de Candomblé (*palmas*); o Sr. Israel Monteiro dos Santos, representando o Movimento Negro de Guaraíba (*palmas*) É Guarabira ou Guaraíba? Colocaram aqui Guarariba. É Guarabira. Era essa a ata nominal que estava invertendo o erre.

Continuando, o Sr. Paulo Henrique Monteiro dos Santos, do Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero (*palmas*); José Silva, representante da Juventude Franciscana (*palmas*); Tâmara Terso, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Juventude. (*Palmas.*)

Nós combinamos aqui 5 minutos, com alguma tolerância, se algum dos oradores convidados precisar.

Passo a palavra à Mãe Isabel.

A SRA. MÃE ISABEL DE ACORODAN - Bom dia a todos e a todas.

Como está aqui na minha mão esse instrumento fantástico, eu gostaria de chamar a Mãe Gorete e todo o povo de Terreiro para a gente fazer uma reza para o guardião do nosso dia de hoje.

Quem é de Terreiro? Vamos saudar Oxalá, gente!

(*Pausa.*)

Quem é do Axé, gente? Vou deixar a Mãe Gorete falar para Oxalá, porque ela tem uma voz encantadora de Oxum.



A SRA. MÃE GORETE - Bom dia, gente. Eu sou Gorete, sou ialorixá de Campina Grande. É um prazer imenso estar aqui hoje conhecendo a nossa Mãe. A nossa sexta-feira é dedicada ao nosso Pai Oxalá.

Peço agora licença a vocês, peço que nos concentremos, que nos dediquemos aos nossos negros, aos nossos jovens. Alguém poderia até perguntar por que as mães de santo estão aqui? Nós estamos ligados pelos nossos ancestrais, pela nossa fé, pelo nosso acolhimento. As nossas casas acolhem esses jovens que vivem aí largados, sem importância alguma para a política brasileira. Eu quero pedir ao meu Pai Orixalá, ao meu Pai Oxalá, neste momento, que tenha misericórdia dos nossos jovens. Agradeço a ele pela oportunidade. Que nos fortaleça, Mãe, cada dia mais, que ele vá nos usando e nos fazendo de instrumento, abrindo as portas, que nós possamos começar a ocupar o nosso espaço para defender o nosso povo. Quero agradecer, só agradecer e pedir união, gente. Estamos dispersos. Ninguém é mais do que ninguém, ninguém pode mais do que ninguém, ninguém sabe mais do que ninguém. Então, é hora de somar, porque, enquanto houver essa divisão de grupos... Nós estamos numa mesma luta, nós estamos com o mesmo objetivo. Então, vamos dar as mãos. Que Oxalá nos guie e nos conduza à paz, porque essa deve ser a nossa música, a paz e o respeito uns aos outros, não é isso? Vamos para a Oni saurê.

(É entoada a música Oni saurê.)

A SRA. MÃE GORETE - Gente, eu sou tímida. Eu não canto, entendeu? Mas, mesmo assim, como fala Mãe Gorete, que Oxalá nos dê discernimento suficiente para seguirmos nessa jornada com muita compreensão, com muita respeitabilidade, porque o que nós estamos buscando aqui hoje é uma única coisa: acertar. Se a gente, entre nós não tivermos, dentro de nós mesmos, esse pontinho no "i", jamais conseguiremos fazer nada. Um passo a mais, um passo a menos depende do pontinho do "i", entendeu? Então, eu peço ao meu Pai Oxalá que dê hoje discernimento e força a esses Deputados para concluir realmente esta CPI, para que a gente salve alguém em nome de alguém. Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero pedir desculpas e também convidar para compor a Mesa a Sra. Gilberta Santos Soares, Secretária de



Estado da Mulher e da Diversidade Humana, da Paraíba, companheira presente.
(Palmas).

Quero passar, então, a palavra para o nosso Promotor de Justiça, Sr. Marinho Mendes, por 5 minutos.

Antes, quero agradecer à Mãe Gorete por ficar conosco e fazer uma saudação. Obrigado.

O SR. MARINHO MENDES - Bom dia a todas e a todos.

Meu nome é Marinho Mendes, sou Promotor de Justiça aqui no Estado da Paraíba e Conselheiro Estadual de Direitos Humanos. Eu não gosto de dizer que “estou”. Eu sou! Enquanto eu não for exonerado, eu sou. Com essa história de “estou”, eu não concordo muito.

Eu quero cumprimentar aqui o nosso PRDC — Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, que está presente, que é Procurador da República e defensor dos direitos do cidadão, Dr. Godoy, que está aqui presente, o Padre Xavier e as Sras. e os Srs. Deputados. Quero dizer da minha admiração pela coragem de integrar uma CPI. Eu digo coragem porque, com a mídia que nós temos, imediatamente essa mídia já coloca a pecha de defensor de bandidos, defensor dos humanos, etc. Então, é muita coragem. Aqui na Paraíba, a gente vê o que esse pessoal dessa mídia faz com o nosso querido Deputado.

Eu fui Promotor aqui em Bayeux, aqui encostado. Bayeux é uma cidade com 100 mil e 102 habitantes, que tem todos os tipos de problemas sociais: droga, miséria e a falta de tudo. E o que é que nós captamos em Bayeux? Atuamos também no Tribunal do Júri da Capital durante dois anos, no primeiro Tribunal do Júri. O maior problema desse genocídio — eu chamo de genocídio — contra os jovens negros e pobres é a falta de autoria. Essa falta de autoria decorre da falta de investigação para apontar quem é o autor desse crime. Na Paraíba, se for pobre, morreu em Cruz das Armas, em São José, em Mandacaru, entra apenas para as estatísticas. Não há investigação. Alguém falou nas mães. Eu quero parabenizar realmente as mães. As grandes lutadoras são as mães. As mães é que vão aos gabinetes dos promotores, dos juízes, delegados de polícia, atrás de informações, coitadas.



Então, como fazer, como obrigar o Estado? Se a gente fizer hoje uma pesquisa no 1º e no 2º Tribunal do Júri da Capital, a maioria dos inquéritos policiais estão sendo arquivados. Estão sendo arquivados por falta de autoria. A ocorrência é registrada numa delegacia, e morreu ali dentro de um livro de registro de ocorrência. Ainda é assim na Paraíba.

Nós temos uma propaganda com a qual eu não concordo. Sempre coloco, na minha página, que os dados do cotidiano desmentem a propaganda oficial que reduz todos os dias. Nós estivemos fazendo uma visita à cidade de Mari. Das cidades do interior, é a cidade que, no meu entendimento, mais mata jovem no Estado. E nós não temos investigações. Não se aponta autoria. Aí gera a história da impunidade. Sem autoria, eles vão continuar matando.

Eu trouxe um caso aqui, que, para mim, é emblemático, importante. Na cidade de Bayeux, nós tivemos uma pessoa, inclusive era policial militar, integrante de grupos de extermínio, preso pelas maiores operações já realizadas aqui na Paraíba, inclusive a Operação Squadre, da Polícia Federal. Esse homem foi denunciado por associação com o tráfico, venda de armas, comércio ilegal de armas, corrupção ativa, formação de quadrilha. Ele foi condenado a 9 anos e 6 meses. Ele está denunciado por quatro homicídios qualificados. Um na 1ª Vara de Bayeux e três no 1º e 2º Tribunal de Júri da Capital.

E por que esse caso me chama à atenção? Porque essa pessoa é Vereadora na cidade de Bayeux. Durante todo o tempo em que permaneceu preso, 1 ano e 6 meses, a Câmara lhe concedeu licença por tempo indeterminado. Ele entrou com execução provisória. Execução provisória é o seguinte: os advogados estão empurrando o processo dele com a barriga até não poder mais, que é para ele continuar usufruindo do direito de prisão especial, prisão no quartel da Polícia Militar.

Então, ele entrou com pedido de progressão de regime. Foi progredido e está no semiaberto. Então, durante o dia, ele passa solto e, durante a noite, ele se recolhe ao 1º Batalhão de Polícia Militar no centro de João Pessoa. E reassumiu com todas as pompas, com todas as solenidades, com todas as formalidades, o cargo de Vereador da cidade de Bayeux.

Enquanto Conselheiros Estaduais dos Direitos Humanos, eu e uma colega, devidamente autorizados pelo Conselho, entramos com uma representação, pedindo



ao Presidente da Câmara que encaminhasse para a Comissão de Decoro Parlamentar ou nomeasse uma Comissão processante para tirar o mandato. Até hoje, eles nada fizeram. Disseram que os mandatos dos integrantes da Comissão de Ética expiraram, e ninguém quer assumir. Então, nós estamos “judicializando” essa questão, fazendo uma representação também ao Ministério Público Criminal. Nós entendemos por crime de responsabilidade e prevaricação contra a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Bayeux. Isso é um absurdo! O interessante é que o advogado dele, que fez uma defesa, Dr. Godoy, é o mesmo Procurador da Câmara de Vereadores. Legalmente, ele estaria impedido, mas ele continua fazendo as defesas e dando parecer. Então, ele fez uma defesa. Veja como a nossa sociedade se encontra violenta: eu verifiquei que há mais de 400 curtidas, fora os comentários de apoio, e muita gente nos criticando, “*Dr. Marinho, deixe ele viver, deixe o pobrezinho em paz*”, etc.

Há outra coisa que nós observamos. Em Bayeux, nós temos um dos bolsões de miséria mais profundos do Estado, que é o Conjunto Mário Andreazza, chamado por muitos de Conjunto Mutirão. Há falta de políticas públicas. Não tem nenhuma política pública — isso aqui eu falo com conhecimento de causa — nos âmbitos municipal, estadual e federal. Nenhuma política pública!

Outro caso que eu trago aqui, para mim também emblemático, é o da morte de Rebecca Cristina Simões, morta no mês de julho do ano de 2011, e a Polícia Civil do Estado da Paraíba não apura a autoria. Nós já demos dicas. E, é interessante, toda vez que nós falamos nesse assunto, em vez de a Segurança Pública nos apoiar, fica com raiva.

Rebecca foi morta, depois de estuprada e violentada, com um tiro de pistola 380 na nuca. Foi deixada arrumadinha, na praia de Jacarapé. Três dias depois, um vigia da escola militar onde ela estudava encontrou uma sainha e pensou que fosse dela, suja, pois havia chovido. Quando um policial lá, que era apaixonado — na linguagem dos meninos, fissurado — por Rebecca, viu, ficou nervoso: “*Ah, eu vou levar pra mãe reconhecer, pra ver se é dela mesmo essa saia*”. Quando entrou no carro dele, ele mexeu com a arma dele e disparou a arma, exatamente uma pistola 380. Imediatamente, ele sumiu com essa arma. Foi chamado pra explicar: “*Cadê a arma?*” “*A arma eu comprei, clandestinamente, na Feira de Oitizeiro, e vendi*



rapidamente também na Feira de Oitizeiro". E vendeu o carro. Tem o depoimento de que ele era apaixonado, de que ele é violento, agredia os meninos lá. Rebecca seria a primeira a ficar em casa, quando ele ia deixar os alunos, mas ele a deixava por último. E não se faz nada. Parou! Isso foi em 2011, porque é uma jovem pobre. A mãe está com um gravíssimo problema depressivo. O Estado acha que encher a casa de uma vítima de polícia já é muita coisa, mas, no nosso entendimento, não. A assistência passa por uma equipe de assistente social, de psicólogo e a própria assistência jurídica. Essa história só da assistência policial, para nós, não funciona.

Vou concluir, agradecendo. Vou deixar aqui o documento, comprovando — tirei do sistema do próprio Tribunal de Justiça — os crimes e os processos respondidos por esse Parlamentar de Bayeux, que é o sargento Arnóbio Gomes Fernandes. Espero que a CPI nos ajude nessa luta pra tirar esse mandato. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero passar a palavra para o Sr. Joseph Alves de Lucena, representando aqui o coronel Júlio César de Oliveira, Comandante do 7º Batalhão, sediado aqui no nosso Município que nos acolhe, Santa Rita.

O SR. JOSEPH ALVES DE LUCENA - Meu muito bom dia a todos os presentes. Quero cumprimentar o Deputado Reginaldo Lopes, em nome do qual cumprimento as demais autoridades políticas presentes, cumprimentar o Dr. Marinho Mendes, nosso companheiro de luta diária, e cumprimentar meus docentes presentes, Prof. Noaldo, Prof. Hugo Belarmino, em nome dos quais cumprimento os demais presentes na plateia.

Eu posso dizer, particularmente, que estou no meu *habitat* natural. Estou finalizando o meu curso aqui na faculdade. Então, eu me sinto muito à vontade diante de baluartes na luta pelos direitos das minorias. Eu estou representando o coronel Júlio César, que, por motivo de força maior, não pôde estar presente. Então, deixa-me muito feliz o convite para participar num ambiente como este.

Eu, particularmente, sinto-me um privilegiado, porque, até bem pouco tempo atrás, a Polícia Militar era vista como inimiga da sociedade, como instrumento de opressão. E, com muito trabalho e com o emprego de uma nova filosofia, estamos conseguindo quebrar esse paradigma na sociedade e mostrar que nós somos



justamente o contrário. Nós somos um instrumento de consolidação e de continuidade do Estado Democrático de Direito.

Estou feliz demais por estar aqui presente. Eu, particularmente, trabalho aqui em Santa Rita há cerca de 2 anos. Então, podem ter certeza de que eu já tive a oportunidade de rondar e de andar, acho que praticamente por todas as ruas de Santa Rita. Acho que Santa Rita, especificamente, é uma cidade que pode muito bem ser utilizada como laboratório para um procedimento dessa natureza, porque, assim como João Pessoa, também apresenta altos índices de mortalidade de negros e pobres. É com muita vergonha que a gente expõe essa problemática de dizer que moramos na Capital em que mais se mata negros no Brasil. A gente fica envergonhado de representar essa estatística.

Rondando por Santa Rita, a gente percebe por que isso acontece. Eu costumo dizer aos mais próximos que existem muitos lugares aqui em Santa Rita em que a única entidade estatal que consegue chegar até a população somos nós, a Polícia Militar. Infelizmente, essa é uma realidade. Então, são pessoas largadas ao léu, são pessoas sem nenhuma perspectiva de vida. A verdade é essa. Então, muito me preocupa esse contexto.

Eu, enquanto negro que sou, enquanto ser humano, pergunto-me: que País, que Estado os meu filhos vão herdar? Então, é importante demais. Eu acho que a gente tem que desmistificar esse assunto, temos de trazê-lo para o debate social. A sociedade tem que entender que faz parte da discussão. O problema de segurança pública não é só da segurança pública, é da sociedade de maneira geral. A sociedade precisa se sentir parte do processo.

É alarmante o quadro atual que vivemos, com pessoas sem nenhuma perspectiva de vida. Se a gente olhar a classe penitenciária, também veremos que é formada, em sua grande maioria, por negros. Então, acredito que o Governo Federal que aí está trouxe algumas melhorias, mas ainda muito superficiais. Acho que o problema é muito mais profundo. Foi dito pelo Deputado, e concordamos veementemente, que precisamos urgentemente de uma reestruturação do sistema de segurança pública, pois já está comprovado que o sistema vigente não atende às demandas sociais. Precisamos de mudanças estruturais significativas nesse sistema.



Então, esta é a minha mensagem. Desejo novamente bom dia a todos! Estou feliz demais por fazer parte do debate. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, tenente Joseph.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Henrique Monteiro Santos, que é do Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero.

O SR. PAULO HENRIQUE MONTEIRO DOS SANTOS - Bom dia a todos e a todas. Peço permissão aos mais velhos e às mais velhas da minha religião, aos mais novos também e saúdo a Mesa na pessoa da Mãe Isabel.

Fico feliz de estar aqui neste momento para mostrar um pouco a realidade da juventude do nosso Município de Santa Rita. Quando a gente trabalha Santa Rita, a gente trabalha o Estado como um todo, porque é um pouco do reflexo do que acontece no nosso Estado.

Quando a gente fala de juventude negra, quando a gente fala do negro em si, a gente já sente um pouco do racismo velado, que é aquele racismo escondido, aquele racismo em que você é apontado, aquele racismo em que há uma troca de olhar, aquele racismo que causa um cochicho. Quando você se aprofunda nos bairros e vê o contexto social em que esse jovem negro está, aí você percebe que ali é realmente gritante. Quando você percebe que a administração local, independente da cidade, não faz por onde existir políticas públicas adequadas para esse público, aí você vê realmente a mortalidade desses jovens.

Quando você faz o recorte territorial e percebe que há focos de violência, e, ao chegar a esses focos de violência, percebe que, eu posso dizer, quem agride o direito desses jovens é o próprio Estado, aí complica a situação.

Então, o que a gente tem que fazer? A gente tem que reestruturar, a gente tem que implementar essas políticas públicas.

Quase todos os anos saem dados sobre violência contra o jovem, e a gente percebe que quem está morrendo é o jovem negro e negra, mas ele não morre só, porque, quando morre um jovem negro, a família em si também morre. Você afeta aquela família. Você afeta a mãe, você afeta o pai, você afeta aquela comunidade. E, quando você se aprofunda na discussão e percebe as muitas causas de um



jovem negro estar morrendo, você vê que é porque não há políticas públicas efetivas.

Vamos para a realidade do nosso Município. Há quase 3 meses ou mais não há aula no Município. Não é isso? Voltou na segunda. Quando você volta na segunda-feira, quando você vai à escola, encontra uma escola precária, sem qualidade. Quando você dá um giro pelo Município, percebe a política de que o jovem precisa de lazer. Não existe lazer. Qual é o lazer desse jovem?

Dizem que é preciso políticas voltadas para a cultura. Qual é a cultura que o Município coloca para esse jovem? Nenhuma. Quando esse jovem, no seu tempo ocioso, está por aí, dizem que é um delinquente ou que ele não tem nada o que fazer. Mas cadê as políticas efetivas para esse jovem, para conscientizar, acho que até para sensibilizar?

Nesse sentido, eu percebo da seguinte forma: como a gente trabalha no Centro de Direitos Humanos e chegam, quase constantemente, denúncias, a gente vê que há direitos violados, que a violência maior é do Estado no sentido da administração, é preocupante.

Eu acho que nem precisa ir muito longe. A gente vê o reflexo em Santa Rita. Posso falar do Município onde eu estou, que é Santa Rita.

Eu falava aqui com a companheira: quando você se aprofunda pelo interior de Santa Rita, aí é que gritante. Quando você chega a Cicerolândia, a Bebelândia, a Aguiarlândia, nas "lândias" da vida, onde a política não chega, onde a educação de qualidade não chega, onde não tem saúde adequada, e aí? São essas formas também que matam esses jovens negros.

Desculpe-me o tenente, mas o jovem negro é constantemente abordado. Eu digo isso por experiência própria. Está aqui o companheiro Luís, que não me deixa mentir. Constantemente, a gente é abordado, pela nossa forma de vestir, pelo nosso estilo de ser. Se a gente usa um *black*, se a gente usa uma calça rasta, se a gente usa uma sandália no pé ou uma camisa do Bob Marley, já tem designado lá: ou é maconheiro, ou é marginal, ou vai assaltar. A gente é constantemente rotulado. A gente é rotulado constantemente nesse sentido.

Então, a gente fala que o jovem negro e pobre está morrendo, mas também o jovem negro, independente de sua classe social, é discriminado. A acessibilidade



desse jovem negro na sociedade é precária. Você não o vê em espaços de decisões. Então, isso é preocupante. A minha fala vai mais no sentido de que, enquanto direito, enquanto política pública, essas políticas não estão sendo efetivadas.

Houve, sim, *a priori*, um plano chamado Juventude Viva, que a gente ajudou a construir, mas era um plano de prevenção, no qual o Estado ou o Município que aderisse a ele teria de dar continuidade. E Santa Rita assinou esse pacto, mas a gente vê que, em Santa Rita, o índice de mortalidade de jovem é gritante. E sempre neste recorte: negro entre 15 a 19 anos.

A desculpa sempre é: envolvimento com tráfico ou acerto de contas. E geralmente não é isso. Eu acho que tem de se aprofundar nessa discussão, tem de se averiguar. Acho que isso aqui é o pontapé inicial. A gente tem que estar nas comunidades vendo e escutando o jovem negro e negra, porque, como eu falei no principio, quando você mata um negro, um jovem, você também está matando a sua família, o que, muitas vezes, afeta a comunidade, o local onde ele está. Eu acho que é nesse sentido.

Então, a gente tem que se sentar para ver o contexto social em que o jovem negro está e o território em que ele está inserido. A gente tem que ver meios de neutralizar essa vulnerabilidade por que esse jovem negro está passando e criar políticas afirmativas e efetivas. Não basta só ter prédios, também lá tem que ser gerida a política pública de, para e com a juventude, principalmente a juventude negra, que não tem acesso a essas políticas. O meu tempo realmente está se esgotando.

O meu recado é nesse sentido: o olhar para o jovem negro tem que ser diferenciado, sabendo-se que constantemente ele é bombardeado e os direitos dele são negados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Passo a palavra à nossa Mãe Isabel, que tem 5 minutos para a sua fala.

A SRA. MÃE ISABEL DE ACORODAN - Bem, gente, é o seguinte: eu, como mulher de terreiro, tive o trabalho de fazer uma pequena observação, concluindo o que o Paulo falou. Nos quatro cantos morrem negros. Nos quatro cantos morrem negros e jovens. Eu tenho uma preocupação: enquanto você está assim, seu filho é



obrigado a ser traficante ou avião, senão alguém da família vai morrer. As mortes terríveis que eu vi na minha vida — há 20 anos eu venho vendo — foram as do Marcos Moura. O Dr. Damião sabe muito bem que, na minha comunidade, o povo simplesmente não mata: mata, esquarteja, enterra vivo. O que a gente precisa para que esses jovens negros morram menos?

Gente, antigamente existia um tal de Colégio Militar, existia um tal de internato, de onde saíam homens e mulheres. Hoje nós temos o CEIA — Centro de Integração do Adolescente. Simplesmente, as crianças fazem um delito e vão para o CEIA, e quando saem do CEIA fazem cinco delitos. Está-se precisando de quê, gente? É simples: reeducar. Para salvar essas crianças precisa querer; e, para querer, tem que ter amor. Não é só dinheiro que faz a pessoa feliz, entendeu? Se você passa em um canto e tem uma briga, há cinco brancos e um negro. Quem é culpado? O negro. Só o negro faz as coisas. Há aqui um negro tão bom, o Dr. Damião, a quem eu conheço desde que estou no Marcos Moura! Eu, mulher de terreiro, tenho um filho, que vai ao colégio com a avó. “*Macumbeiro!*” Burro, macumba é um instrumento! Tem que andar com ele pendurado? Não existe macumbeiro. Existe povo de candomblé, povo de Jurema, afrodescendente. Macumba é um instrumento.

Vou pedir ao Dr. Damião que, na próxima campanha, mande para mim 500 mil macumbas, para eu dar de presente para o povo, aquele instrumentozinho de pau, que parece com reco-reco. Chega de imbecilidade! A simplicidade é fundamental, para corrigirmos as nossas coisas. Eu até anotei aqui uma coisa que eu acho interessante: “*A simplicidade é o último degrau da sabedoria*”. Não é por cima, é por baixo que a gente tem que fazer as coisas. Vamos pegar as nossas crianças e, em vez de colocar no CEIA, vamos fazer o semi-internato! (*Palmas.*) Vamos botá-las em uma oficina! Vamos botar essas crianças para aprender a fazer, produzir, porque somente assim salva.

Era só isso. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Vou passar a palavra ao nosso Vereador Sebastião Bastos Freire Filho, que é o nosso anfitrião.

O SR. SEBASTIÃO BASTOS FREIRE FILHO - Bom dia a todos e a todas.



Cumprimento o Deputado Reginaldo, em nome de quem abraço todos os Deputados; o nosso policial Militar; o Dr. Marinho, em nome de quem abraço toda a Mesa, meus amigos e minhas amigas.

Eu quero parabenizar a CPI pelo desprendimento de vir à Paraíba, especialmente a Santa Rita. Não tenho dúvida de que é por aqui onde começa a violência contra jovens negros e pobres, em grande escala, em nosso Estado. Santa Rita é uma cidade, Deputado Reginaldo, com 134 mil habitantes. É a terceira maior cidade do Estado, é a quarta receita, mas infelizmente, mesmo tendo uma economia muito forte e diversificada na indústria e no comércio, nós temos um tráfico de drogas altíssimo. Os nossos jovens estão, na verdade, Dr. Marinho, estão sendo usados pelo tráfico.

Quero falar, em especial, do bairro onde moro, onde resido, o Bairro Tibiri I, aliás, o Bairro Popular. Lá há outro espaço, outra localidade chamada Bairro Santa Cruz. Aqui há alguns moradores de lá. Esse bairro tem um tráfico de drogas altíssimo, como se fosse uma coisa comum, Nino. Tem um tráfico muito grande na cidade, mas nesse bairro, especialmente, a coisa é diferente. Garotos de 15, 16 ou 17 anos com pistolas na cintura e uma 12 na mão, isso é uma coisa corriqueira.

O que me chama a atenção? Como essas pistolas, revólveres, 12 e munições chegam até esses garotos? Há que se perguntar. A disputa chegou a tal ponto, que a Al-Qaeda e os Estados Unidos — é assim que eles denominam — trocam tiros todos os dias. Se uma munição custa em torno de 10 reais, quantos tiros dão por dia e quantos 10 reais são jogados fora? De onde vem, Dr. Damião, tanto dinheiro para segurar essa guerra urbana?

Mas o que me chama a atenção, além disso, Dr. Marinho, é o achaque à gestão pública municipal de Santa Rita. Anotem aí, gravem o que vou dizer: hoje, aqui em Santa Rita, um grupo de Vereadores, juntamente com o Prefeito local, estão dilapidando a cidade, roubando a cidade, melhor dizendo! Está uma disputa, Mãe Izabel, de quem leva mais, de quem fica mais rico primeiro. Essa é a nossa realidade. Hoje, aqui em Santa Rita, não funciona nada. Não se tem até hoje, Dr. Damião, em 2 anos e 6 meses de gestão, um calçamento feito, uma escola reformada, uma creche com merenda de qualidade.



Aliás, estamos com trinta e poucos dias de greve por causa de aumento salarial; médicos em greve, porque não recebem salário; o Hospital Flávio Ribeiro, que atende toda essa região, está fechando as portas por falta de repasse, repasse esse que advindo dos impostos e transferências do Governo do Estado e do Governo Federal. E não chega ao hospital, Dr. Damião! Isso que é mais grave! O hospital atende a comunidade, presta o seu serviço e não recebe. Mas como vai funcionar? Vai fechar.

Aqui fica o meu repúdio à gestão municipal e à Câmara da qual faço parte, à Câmara da qual faço parte! (*Palmas.*) Imaginem que a Câmara cassou um Prefeito e o trouxe de volta, Dr. Marinho! Vocês nem imaginam como o Prefeito voltou, vocês nem imaginam! Foi cassado e retornou. E não foi pela Justiça, não! Foi pela própria Câmara.

E nos bastidores, se a CPI puder me interrogar depois ali, eu digo como ele voltou e quanto custou para a cidade. Temos que saber disso. E quem vai pagar a conta é o nosso povo.

Os programas federais hoje implantados no Município servem de cabide de emprego. Nem caixão de defunto se recebe aqui quando morre. Quer dizer, é uma cidade “terra de ninguém”, minha gente!

Esse Município precisa urgentemente de socorro, antes que levem a cidade do local dela. Não é possível tirá-la do mapa! Será que podem? Será que podem tirá-la do mapa? Estou vendo a hora, Bega, de a levarem do mapa, porque a parte financeira e os recursos públicos estão todos dilapidados.

Fica aqui o meu desabafo, a minha tristeza com a cidade, que é linda e grande, mas infelizmente violenta e dilapidada.

Muito obrigado. Tenham todos um bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Sr. Zezé Silva, representante da Juventude Franciscana.

O SR. JOSÉ SILVA - Bom dia. Em primeiro lugar, eu gostaria de enaltecer aqui o fato de estarmos reunidos neste espaço. É uma realidade que foi fruto da luta da Juventude de Santa Rita, em 2005. (*Palmas.*) Naquele ano, a Juventude elaborou uma carta proposta e a apresentou na Câmara Municipal. Surgiu uma audiência e,



depois, uma audiência pública com representantes da Câmara Federal e do Senado Federal. Nós conseguimos esse feito.

Mas quero ressaltar que, desde já, nós, como juventude, estamos também preocupados com nossa realidade. E este espaço é o exemplo disso. Nós também propomos políticas públicas para que nós saíamos dessa situação. Eu gostaria de lembrar que a defasagem da educação pública no âmbito municipal e estadual — e, diga-se de passagem, no Governo Federal — faz com que muitas coisas aconteçam.

Mas eu queria me ater aqui a algumas falas, como a do Promotor. Há falta de autonomia para a juventude, mas não a autonomia em que a juventude vá fazer o que bem quiser, o que bem lhe vier à mente, e sim a autonomia de ter espaço para se expressar e dizer o que realmente quer e necessita, segundo realidade dela. Porque não basta alguém se dizer representante do povo e não escutar esse povo, os anseios que lhe tem o coração.

Quero também responder e comentar um pouco a fala do nobre policial. De fato, só a polícia chega à periferia, e é o único emblema do Estado que chega à periferia, porque esse modelo de segurança pública pensado faz com que somente a polícia visite a periferia! Esse modelo de segurança pública não faz com que as políticas sociais de inclusão social cheguem às periferias. Há certo receio de visitar as periferias, como se, na periferia, só houvesse o que há de pior na sociedade.

Mas, como cristão, eu gostaria de lembrar que Cristo, o Jesus que salvou toda a humanidade, nasceu numa periferia e viveu numa periferia. E foi pela periferia que lutou, pelos excluídos e oprimidos da sociedade daquele tempo.

Eu gostaria de dizer também que essa história de *“quanto mais se aumentar o efetivo policial ou coisa parecida, mais vamos diminuir a insegurança”*, isso não vai dar certo. O pensamento é de fato a inclusão de todos os jovens. Nós também temos condições de opinar. Nós sabemos o que nós vivemos em foco, no nosso dia a dia, no Bairro Popular, no Bairro de Santa Cruz, no Marcos Moura.

Espero que esta CPI, além do critério investigativo, também possa ouvir a juventude para conhecer seus anseios e possa elaborar propostas, Deputado Damião, que possam de fato abraçar a realidade da juventude. Todos os dias, os jovens são assassinados, mas todos os dias os jovens estão lutando por uma



realidade diferente. E nós aqui já vimos diversos exemplos durante este dia da hoje, durante esta manhã.

Nós precisamos entender que, para serem nossos representantes ou para falarem em nome de alguém ou de algo, é preciso que escutem essa categoria da sociedade. É preciso que esta CPI escute, e este é o momento, está acontecendo. Mas é preciso que os nossos representantes federais, os 12 Deputados que nós temos aqui na Paraíba, escutem-nos.

Escutem a juventude paraibana, vamos ouvi-la! Não vamos esperar tão somente pelo trabalho da CPI. Assumam, de fato, o papel que vocês disseram que defenderiam. Desçam do Parlamento Federal e venham às periferias para ouvir a juventude, e lá vocês terão matérias suficientes para apresentarem em favor de políticas públicas para essa juventude, que anseia e que todos os dias gritam a vocês! (*Palmas.*) Fora das campanhas políticas, desçam do Parlamento e façam do mandato de vocês um mandato de fato popular!

Quando o Deputado Federal, quando o Senador paraibano, quando os Deputados Estaduais ouvirem a juventude, aí de fato se construirão políticas públicas dentro da realidade que existe em cada localidade: em Bayeux, em Santa Rita, em Campina Grande, em Sapé, em toda cidade do Estado da Paraíba. Não é somente lá, não é em uma visão que a mídia propaga que vocês vão conhecer a realidade da juventude, a realidade do povo paraibano, a realidade do povo brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado.

Com a palavra Israel Monteiro de Santos, representando o Movimento Negro de Guarabira.

O SR. ISRAEL MONTEIRO DOS SANTOS - Bom dia a todos e a todas.

Fazer uma reflexão num momento destes é um pouco complicado. É um período muito curto, mas importante para discutirmos essa temática, discutindo a vida do jovem negro e empobrecido do Brasil.

A minha fala vai mais no sentido da interiorização dessa discussão. Se na grande Capital João Pessoa é difícil dialogar e sensibilizar o Estado e as pessoas, imaginem no interior! Imaginem em Sapé, em Guarabira, em Mari, em Mamanguape, em Araçagi, em Cajazeiras, em Coxixola, em São João do Tigre. Imaginem como é



atingir essas cidades! A minha fala vai mais no sentido de chamar a responsabilidade novamente para o poder público, para que interiorize as suas ações.

O jovem precisa de oportunidade, de espaços, de políticas públicas. Precisa de espaço de lazer, de cultura, de esporte. A gente precisa ter esses espaços! Infelizmente, não é dado importância para a gente. A gente é sempre visto como os desocupados. O Luiz aí é prova disso: ser um capoeirista, na sociedade, não é muito fácil, não! A gente sofre várias discriminações e vários estereótipos: ser capoeirista é ser vagabundo, ser do *hip hop* é ser malandro, ser grafiteiro é ser pichador. Há uma série de estereótipos criados em torno da gente.

Eu fico muito triste quando estou na frente da minha casa, em conversa com amigos, e chega a Polícia Militar da Paraíba e me aborda. E eu falo: *“Qual é o motivo da sua abordagem, companheiro? Eu estou na frente da minha residência.”* *“Não, é rotina, é rotina nossa.”* *“Mas é rotina abordar um cidadão na frente da sua residência? Qual é o motivo disso?”* *“Não, é porque você mora no Mutirão, um bairro...”* É estarrecedor! Fico muito triste, fico muito inquieto e também revoltado com tudo isso.

Não se resolve o problema da violência aumentando o número de armas, como escopetas e pistolas, e coletes à prova de balas. Não se resolve o problema da violência nesse sentido, não! Não se resolve.

A política de segurança pública no Estado não é eficaz quando diz respeito à juventude negra e empobrecida do Estado. Não tem eficácia. Reduzimos o número de mortes de pessoas brancas. Beleza! Mas aumentamos de forma absurda o número de mortes dos negros. Que lógica é essa? Eu fico a me perguntar, de fato, até que ponto isso é importante para as gestões públicas?

No meu Município, e aí eu vou me reportar à minha cidade de Guarabira, eu não conheço — e olhem que eu ando todos os barros da minha cidade, os da periferia —, eu desconheço qualquer política pública voltada para juventudes, qualquer tipo de política pública! Desconheço totalmente.

O nível de falta de oportunidade na minha cidade é enorme. É uma cidade extremamente racista, onde o forte do Estado — tenho 1 minuto, vou tentar ser mais prático e mais rápido —, o forte da minha cidade é o mercado de trabalho. Eu ando



a cidade inteira. Já andei várias vezes procurando um vendedor negro, e não encontrei. Então, imaginem até que ponto é esse nível de racismo escondido!

E com esse Congresso, que está vindo de forma desoladora... Está acunhando todo mundo, é impressionante isso! Está acunhando todo mundo! O povo está começando a pôr para fora aquele seu preconceito, aquele seu racismo que estava escondido. Eles estão começando já a se colocar de forma mais contundente na sociedade. Isso machuca muito a população. Eu venho falar mais neste sentido.

Agradeço a oportunidade de discutir e até o espaço para solicitar que essas discussões sejam feitas no interior do Estado, nas cidades que abranjam a região inteira. Agradeço o espaço.

É isso, meu povo. Vamos à luta! Vamos pra frente, que atrás vem gente!
(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Israel.

Passo a palavra para Tâmara Terso, Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Juventude, parceira da Ângela Guimarães.

A SRA. TÂMARA TERSO - Bom dia a todas e a todos.

Eu queria saudar, neste espaço, a figura de cada militante que está aqui presente, cada gestor e cada policial que hoje dedicou esta manhã a debater um tema tão caro para a juventude negra brasileira, que não deixa de ser também a juventude negra paraibana.

Eu queria também saudar, na figura do Deputado Reginaldo Lopes, os Deputados pela coragem de organizar este debate dentro daquela Casa, da Câmara dos Deputados, que é uma Casa que neste momento não vira os olhos totalmente para a CPI que investiga a violência contra jovens negros e pobres. Vira os olhos para um debate que visa a encarcerar, cada dia mais, a juventude negra: o debate da redução da idade penal.

Nós, militantes dos direitos humanos e da juventude, acabamos de sofrer um golpe, há menos de 2 dias, pelo Presidente daquela Casa. Então, nós estamos trabalhando para que esta CPI ganhe a visibilidade necessária, do tamanho do problema que é hoje, o extermínio da juventude negra.



Quando a gente consegue analisar que a Paraíba tem um índice alarmante de vulnerabilidade da sua juventude — aqui o jovem negro tem 13 vezes mais chance de morrer do que um jovem branco, enquanto a média nacional é 2,5 —, quando a gente coloca no debate que a população de jovens do Estado é de 27% e que, na média nacional, aqui é a Capital que mais mata jovens negros e pobres, é porque a situação deve sair da sala dos fundos. A situação deve sair do debate do âmbito do movimento social somente e tem que ganhar proporção nacional. Tem que ganhar proporção do debate do que significa a política de segurança pública no nosso País. Tem que ganhar proporção internacional, como ganhou no último período, com a denúncia do movimento social à OEA sobre os índices alarmantes do extermínio da nossa juventude.

O que se está colocando é se nós vamos continuar permitindo o assassinato de um conjunto enorme de jovens economicamente ativos, jovens na sua melhor fase produtiva, se nós vamos continuar permitindo que esses jovens negros continuem morrendo, seja pela mão do crime organizado, seja pela mão da política de segurança pública; ou se nós vamos fazer alguma coisa para barrar esses mecanismos que encarceram e matam a nossa juventude.

Hoje, mais de 50% dos jovens encarcerados no País são jovens de 18 a 29 anos. Mais de 40% dos encarcerados, no total, são encarcerados provisórios. Então, quando a gente fala que é preciso tocar no debate da elucidação de crimes, que é menos de 8%, quando a gente fala que é preciso reestruturar a política de segurança pública, federalizar o crime de extermínio, organizar fluxos nacionais de procedimentos das polícias, nós estamos falando em debater, de fato, como vamos barrar o extermínio dessa juventude. É óbvio que reduzir a vulnerabilidade social desses jovens é fundamental.

O Plano Juventude Viva, que foi instalado em 2013, é um plano interministerial que visa reduzir a vulnerabilidade dessa juventude negra nos territórios e criar condições para que a gente construa cultura de paz. O plano não pode — e esta é a nossa avaliação dentro da Secretaria Nacional de Juventude — seguir desalinhado do debate da segurança pública.

De 2013 para cá, nós fizemos a avaliação e conseguimos colocar a pauta do extermínio da juventude negra na hora do dia, com números, com o Mapa da



Violência, com o Mapa do Encarceramento, com os índices de vulnerabilidade social e desigualdade racial. Mas ainda não conseguimos tocar no coração desse problema, que são os procedimentos policiais, que é a incapacidade dos Estados de promover fluxos que garantam que o sistema de segurança pública em cada Estado não veja o jovem negro como inimigo, não veja o jovem negro como alvo.

É disso que estamos falando, por exemplo, quando dizemos que hoje é preciso envolver mais setores na luta pela aprovação da PEC da Segurança Pública. Esta PEC vai organizar um conjunto de procedimentos, como a Escola Nacional de Formação de Policiais, como a federalização dos crimes de extermínio, como a organização da União e a maior participação do Governo Federal nas Polícias Militar e Civil nos Estados.

É preciso que a gente leve isso também ao debate da desmilitarização das polícias. Se é real que o jovem negro morre nos territórios muito por conta dos procedimentos inadequados das Polícias Militar e Civil, é também real que muitos policiais jovens e negros morrem nesse conflito. Então, vêm morrendo negros dos dois lados. E não é possível que a gente — o Poder Executivo, o Poder Legislativo e a sociedade geral — continue debatendo esse tema como um tema periférico.

Acredito que o papel da CPI seja levar aos Estados esse debate, seja cobrar dos Governos Estaduais posições firmes sobre esse tema e seja voltar para aquela Casa, organizando opiniões. Assim, de fato, que consiga votar e aprovar PECs e PLs que tenham a ver com a nossa vida, com a vida da juventude negra, que tenham a ver com a nossa participação na construção das políticas.

E que não aconteça o que está acontecendo agora. Por exemplo, o PL da Terceirização é aprovado e atinge majoritariamente o jovem trabalhador negro; a PEC 171 é aprovada e visa encarcerar mais jovens negros; uma reforma política que não atende às necessidades — e aquilo que vimos chamando de “a necessidade” — de colocar o debate público da política e distanciá-lo dos financiamentos privados. É desse tema que nós temos que comprar nesse próximo período, mas sobre isso a CPI que visa investigar a violência contra os jovens negros e pobres joga muito papel.

Eu também queria deixar aqui a possibilidade de construir mais canais de diálogo entre essa reformulação do Plano Juventude Viva, entre as cidades que



aderiram ao plano, como é o caso de Campina Grande, Cabedelo, Bayeux, Patos, Santa Rita.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. TÂMARA TERSO - A ideia aqui é ouvir mais vocês falarem do que esta Mesa aqui.

Só para terminar, de fato, camarada, o Plano Juventude Viva — e eu coloquei isto na minha fala — visa reduzir a vulnerabilidade social, mas não foi capaz, e aqui nós estamos colocando este debate, de organizar um enfrentamento aos procedimentos da segurança pública colocados. E é por isso que nós estamos reformulando esse plano. É por isso que nós estamos construindo perspectivas para que esse plano tenha um braço na discussão sobre a segurança pública, para que tenha um braço na discussão de que responsabilidade essa segurança pública deve construir dentro dos Estados.

Não é a que está colocada hoje. Não é a que está colocada hoje, quando é de um inimigo interno. Não é a que está colocada hoje, quando decide não apurar os homicídios. Não é a que está colocada hoje, quando constrói argumentos para exterminar em um território e constrói argumentos por dentro das comunicações sociais. Este é um debate que também tem que ser colocado, porque, se há um extermínio letal acontecendo nos territórios, há um extermínio simbólico acontecendo pela via dos programas policiais que existem em todos os Estados, inclusive muitos deles organizados por delegados, por delegadas, por expoliciais, que constroem o discurso do ódio, que constroem o discurso do medo. Estão colocados em rede nacional, na casa de cada um e de cada uma aqui.

Este é um debate difícil, porque nós temos que debater com os Poderes Legislativos e Executivos, mas nós também temos que convencer a população. Nós temos que convencer a população de quais são as causas que fazem com que mais de 30 mil jovens negros morram a cada ano. Porque nós aqui estamos convencidos, mas a mãe que perde seu filho no território e a jovem que perde seu irmão na periferia têm dificuldades de serem convencidas de que a política de drogas atual é um motivo do extermínio da juventude negra; de que o procedimento policial que está colocado é um motivo do extermínio da juventude negra; de que aquele



programa a que você assiste ao meio-dia também é um elemento fundamental na legitimação dessa violência policial.

O aspecto da violência é multiorganizado e multissetorial. É preciso que a gente crie unidades para trabalhar com ele nesse próximo período, sob pena de que, se não conseguirmos fazer isso, daqui a algum tempo nós vamos exterminar toda a nossa população negra.

Com isso, eu encerro a minha fala. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pessoal, vamos abrir para o debate, mas antes, como mediador da Mesa, vou me pronunciar. Vamos lá, nem tudo ao mar, nem tudo ao céu. Premissas falsas levam a soluções falsas.

Eu sou — e quem já me ouviu falar sabe — o que mais luta para que o Estado brasileiro e para que a CPI reconheça, no seu relatório final, que há um genocídio dos jovens negros no Brasil, por duas questões. A primeira: 80% das mortes de jovens vitimam negros. Então, se a maioria da população é negra — 53% —, não poderia jamais o Brasil conviver com 80% de mortes de jovens negros e pobres. E se soma também à questão das mortes do ponto de vista físico, algo que talvez seja tão perverso quanto: a morte simbólica.

Nós falamos de morte simbólica quando comparamos a qualidade da moradia dos brancos com a qualidade da moradia dos negros. Então, nós vamos traçando um conjunto de políticas para que possamos definir um novo conceito sobre genocídio, não meramente o conceito *lato sensu* da palavra, mas um conceito mais amplo da palavra.

Nessa perspectiva, é importante essa definição, porque há a violência que, às vezes, não resulta numa morte física. E temos um país muito desigual nas oportunidades.

Isso não quer dizer que, nos últimos 12 anos, não foi feito nada. É extremamente equivocada uma fala dessas. Os argumentos nos quais nós vamos focar... Inclusive, eu sou daqueles que acham que, se o relatório aprovar a questão do genocídio... Ontem eu aprovei um requerimento para a Comissão ir à Comissão de Direitos Humanos da OEA e denunciar o Brasil, inclusive, para que isso tenha proposições e implicações internacionais objetivas, para que compreendamos que nenhuma vida pode ser tirada. Todas as vidas são dons de Deus. Por causas



externas, nenhuma vida pode ser tirada. Nós estamos falando de homicídio. E, no Brasil, mata-se tanto por homicídio quanto se mata no trânsito, e também é homicídio. O direito à cidade é cada vez menor ao cidadão. A cidade não serve às pessoas; a cidade serve aos carros. No passado, a maioria dos acidentes de carro envolvia brancos, mas hoje já se equiparam com esses os que envolvem negros.

Nós não queremos acidentes com brancos, nem com negros. Mas os negros jovens e pobres — o mototaxista, o motofretista, o motobói... É uma guerra urbana o que nós vivemos nas cidades, que cada vez mais deixam de servir às pessoas. E, no futuro, essa cidade não vai servir ao maior percentual de população que o Brasil vai ter. E quem são? Os idosos.

Esse é o novo problema do século XXI. O grande problema do século XXI vai ser a falta de políticas públicas para o idoso. As famílias diminuem o número de filhos, então os idosos não terão apoio do ponto de vista afetivo, porque as famílias são menores — as mulheres têm em média de 1,5 a 2 filhos —, as famílias não têm filhos. E, se não houver políticas públicas, as famílias não terão condições de fazer o arranjo familiar que fazem hoje, tanto do ponto de vista afetivo quanto do ponto de vista financeiro.

Nós precisamos entrar no século XXI e colocar o Brasil no século XXI. Primeiro, se for morto um jovem negro a mais do que um branco, é uma discriminação. Então, primeiro nós temos que resolver a questão da democracia racial com o nosso povo. Negá-la é pior. É isso que não resolve o problema. O *(ininteligível)* falava uma frase: *“Quem não conhece o passado, não analisa corretamente o presente e compromete o futuro”*. Essa é a questão. Mas isso não quer dizer que nós não fizemos nada.

Só acha que o Brasil não mudou nesses últimos 13 anos, lamentavelmente, quem não conhecia o Brasil ou, pior, quem lamentavelmente continua não conhecendo o Brasil. O Israel abriu aqui falando: *“É uma vitória da juventude de Santa Rita colocar um campus de universidade federal aqui”*. Em outro momento, ele disse: *“Não se faz nada pela juventude brasileira”*. Não é verdade, Israel!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos lá. Quem foi? Pus na conta do Israel, porque ele não é daqui. *(Risos.)* Vamos lá, gente.



Esse discurso só ajuda a Direita do ódio, só ajuda o Brasil a caminhar para o conservadorismo. Só volta ao poder com esse discurso quem mata e quem mais é contra negros no Brasil.

Precisamos ponderar as coisas. Precisamos reconhecer os problemas do Brasil, mas temos de reconhecer também os avanços. Neste ano de 2015, em que não há dinheiro, o primeiro ano, em 13 anos de Governos do PT, em que o Governo Federal tem dificuldade orçamentária, estamos agregando 1 milhão de novos universitários nas instituições de ensino superior.

O Brasil tinha 2 milhões de universitários; hoje tem 8 milhões. E desses 8 milhões, 5 milhões são mantidos pelo Governo Federal. Fui Relator do FIES. O FIES atendia a 30 mil estudantes; hoje, atende a 2 milhões e 300 mil jovens. Investimos 22 bilhões de reais no FIES. Apontem-me que Governo, em que época da história brasileira, teve coragem de fazer o que estamos fazendo!

Eu poderia, aqui, para começar, falar sobre um dado fantástico: até 12 anos de idade, a mortalidade de crianças negras é quase igual à mortalidade de crianças brancas. É isso o que nós queremos, um país que não mata pela cor da pele. Nós conseguimos fazer com que as crianças negras escapassem da mortalidade infantil.

Se aqui alguém tem dúvidas de quem fez isso, eu diria que foi o Presidente Lula, com o Bolsa Família. Para aqueles que acham que o Bolsa Família é bolsa miséria, está equivocado. Essa é uma política extraordinária de inclusão dos mais pobres e é uma política extraordinária de inclusão na questão educacional, porque ela tem uma contrapartida. A mãe é pobre, porque a elite nunca a deixou estudar, mas ela tem consciência de que tem de fazer seu filho estudar.

Nós estamos universalizando a escola básica no Brasil — universalizando a escola básica! Vamos, ano que vem, universalizar a pré-escola. E precisamos — todos nós — universalizar a escola infantil, colocar as crianças no primeiro mês de vida, todas, nas escolas, dar o mesmo direito de partida a todas. Por isso, a Presidenta Dilma colocou no seu Governo, de maneira ousada, o lema *Pátria Educadora*, que irrita tanto a Oposição e parte da elite brasileira.

Então, companheiros, na faixa etária a partir dos 12 anos, há uma vergonha no Brasil, a que o nosso Governo se ateuve muito pouco, no sentido de se apropriar do debate sobre segurança pública.



O Joseph falou uma coisa muito importante. Talvez, ele seja um dos poucos que trabalham com o tema segurança pública que acha que esse tema seja de domínio popular. O tema segurança pública deve ser de domínio popular. Mas, para fazer isso, precisamos mexer na Constituição e dizer que quem vai construir o planejamento nos Municípios — em Santa Rita, por exemplo — é o povo. De 10 em 10 anos, o povo tem de definir qual é o conceito de ordem pública, qual é o comportamento na política de prevenção, qual é a lógica da política de confronto, qual é o conceito da política sobre drogas. Esse é o debate.

Nós vimos, aqui, hoje, com um papel muito objetivo. Não vimos fazer um debate de blá-blá-blá, não! Não estamos aqui para fazer um ato, estamos aqui para fazer um evento em favor de enfrentarmos os homicídios e para fazer uma pactuação.

Mas todos os que estão aqui têm compromisso. Todos os que estão aqui têm de, amanhã, se organizar. O Vereador que está aqui tem de constituir amanhã uma comissão e colocar no papel os compromissos da sociedade Santa Rita para os próximos 10 anos. O Deputado Estadual que está aqui tem de ir à Assembleia e construir as metas decenais. Vamos repactuar, republicanamente, e não só federativamente com todo o mundo, definir o papel de todo o mundo.

Temos de criar uma cultura de paz, companheiros, porque hoje, se num grupo de jovens, no final de semana, um pisca para a namorada do outro, esse acha que no domingo pode matar o que piscou. Temos de construir uma nova cultura de valorização da vida. Por isso, gostei da apresentação inicial do professor sobre dar bom dia, abraçar, respeitar o outro, olhar para o outro e perceber que o outro é igual a você e tem os mesmos direitos que você, é portador dos mesmos direitos que o outro. Essa é a sociedade que queremos.

Na verdade, acho que a letalidade policial é alta, Joseph. Um país que tem letalidade policial alta tem taxa de homicídios alta. Mas não é verdade que se deve colocar toda a conta da violência e da morte dos jovens na conta dos policiais. Não é verdade! Do ponto de vista das mortes, a letalidade policial é de 5%, mas é alta, porque um agente do Estado não pode matar ninguém. O Estado não pode matar ninguém. Mas também transferir isso, como se o problema fosse só da relação com



os agentes de segurança, é um diagnóstico equivocado. Nós precisamos eliminar a letalidade policial no Brasil; ela tem que ser zero.

O Brasil vive problemas: como não julga crime contra a vida, os grupos se organizam e fazem justiça; como não julga e não prende traficante, o traficante se organiza e mata usuário de droga. Não há priorização no Brasil de crime contra a vida; há priorização de crime patrimonial, há priorização de combate a usuário de droga. Então, o Poder Judiciário está errado. Há um promotor está aqui. As promotorias não conseguem encaminhar nenhum inquérito — não conseguem —, não conseguem prova. Não há perícia independente que garanta as perícias. O Judiciário vai lá e não prioriza. O Judiciário prioriza julgar crimes que dão impacto, que dão visibilidade, que dão mídia, que têm simbolismo. Então, todo o mundo nesse processo está errado. Ou cada um assume a sua responsabilidade ou nós vamos ficar sempre fazendo discursos bonitos, sem resolver nada.

A nossa posição na CPI é objetiva. Nós vamos voltar aqui, nós vamos trazer documentos, nós vamos trazer projetos, proposta de emenda à Constituição. O que nós queremos discutir é programação, projeto, para resolver. Mesmo assim, o problema não é só de um governo; é da estrutura do Governo no Brasil; é da estrutura do Estado brasileiro.

Então, nós temos que tomar cuidado. Eu sou muito crítico ao meu Governo. Eu não estou dizendo isso só agora, não! Eu disse que o nosso Governo largou para lá a segurança pública, como está largando para lá o pacto federativo. E vai se dar mal, porque nós temos um Congresso revanchista à Constituição de 1988. Nós temos um Congresso dominado pela Oposição, que acha que resolver o problema do País hoje é dar todo o dinheiro da União aos Municípios. Então, nós precisamos repensar esse modelo federativo brasileiro e repensar como nós vamos fazer o debate político — só para introduzir um pouco isso.

É evidente que há muito problema. O Brasil não é um país pronto e acabado — é evidente que não. O Brasil é desigual. É extremamente concentrada a renda. Nós temos que resolver esse problema no Brasil. É um país dissimulado, racista. Há o problema grave de violência. É um país que não tem nada de hospitaleiro e gentil. É um povo violento. Nós temos que fazer esse encontro com a nossa história, para acertar e fazer um país para todos e um país verdadeiramente da paz.



Então é isso. Quero convidar Jonatas Monte, primeiro inscrito. Vamos abrir a palavra a todos. Não vou ficar censurando ninguém aqui, mas peço que falem entre 3 e 5 minutos, porque temos vários inscritos. O tempo vai ter que ser curto, porque temos várias agendas hoje.

Para poderem ir se posicionando, informo que os próximos inscritos são Padre Xavier, Luiz Filho, Luiz Cândido e vários outros companheiros.

Com a palavra Jonatas Monte, a quem peço que se identifique.

O SR. JONATAS MONTE - Meu nome é Jonatas Monte. Eu sou estudante de História da UFPB, militante negro aqui da Paraíba e sobrevivente. É por isso que eu digo que não podemos só pensar no que avançamos e em aumento do número de vagas na universidade, porque precisamos estar vivos para entrar na universidade.

Uma coisa que é importante evidenciar é que há um relatório interessante da CPI de Grupos de Extermínio no Nordeste, da qual o Deputado Luiz Couto foi Relator, que mostra toda uma estrutura criminosa aqui na Paraíba que ganha dinheiro com o extermínio e com o genocídio da população negra, que gera muito dinheiro e que faz Al-Qaeda e Estados Unidos serem joguetes. A verdade é essa. É uma estrutura criminosa.

Então, precisamos deixar esse discurso demagogo de dizer que o maior mal que nós temos são as facções. Isso é errado também. Essa é uma desculpa utilizada para dizer que se tem que ir à periferia, que se tem que colocar mais polícia e se tem que dar esculacho. Essa é a realidade. Quem mora na periferia sabe disso.

Quero dizer que matamos na Paraíba, em 6 meses, cerca de 800 pessoas. Isso é vergonhoso. Então, se dissermos que não há genocídio aqui na Paraíba ou no Brasil inteiro, vamos estar mentindo, não é isso?

Outra coisa que eu gostaria de dizer é que precisamos partir do que foi produzido pela CPI de Grupos de Extermínio, para ter como base as ações e para dar continuidade às investigações. E há um relatório de direitos humanos, muito importante também — salvo engano, de 2005 —, que mostra também toda a estrutura aqui na Paraíba: milícia no campo, na cidade, nos bairros, matando gente a torto e a direito.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. JONATAS MONTE - Foi produzido pela CPI de Grupos de Extermínio. E há também um relatório de direitos humanos falando sobre a situação da Paraíba como um todo.

Quero dizer também que temos uma situação grave na questão do jovem. Há outro relatório recente da Comissão de Direitos Humanos, no Centro Educacional do Jovem — CEJ, onde foi encontrado dois porretes com a inscrição “Direitos Humanos”. Sabem o que é esperança lá? É uma sala. As pessoas ficam lá, num cubículo sem ventilação, amontoadas, como forma de castigo. Isso é esperança!

Agora me digam uma coisa — eu faço uma pergunta: qual é a legitimidade ou a moral, seja lá o que for, de pessoas que estão aboletadas dentro do sistema, na estrutura do Governo, para falar enquanto jovem e pelos jovens negros aqui na Paraíba?

Há muita gente aqui fazendo o papel de capitão do mato e se submetendo a esse tipo de coisa. Quando vai falar, o cara não fala sobre o que estamos sofrendo aqui. Nós estamos morrendo em cada esquina. Tem preto morrendo igual barata aqui. Então não podemos ficar abrindo a boca para agradar ninguém, porque estamos falando de vida. Isso é verdade. É por isso que eu não vou tolerar que se venha com discurso demagogo enquanto se estiver ali. Eu sou caçado e visto igual a um animal, em qualquer lugar a que eu vou. Entendem?

Este é um recado que serve para todo mundo, e nós precisamos estar com base nessas estruturas também. E não venha dizer que o problema é Al-Qaeda, é Estados Unidos, é o *boy* que está se matando. Não venha dizer isso, não! O problema é a política genocida e fascista do Governo do Estado e do Governo do Município, ambos demagogos, tanto o Governador do PSB, quanto o Prefeito de João Pessoa. Continua morrendo gente na Grande João Pessoa igual barata. Então, é preciso deixar essa coisa.

Não se pode partir do zero também, enquanto Movimento Negro, partir do zero e sempre falar: “*Ah, eu sou perseguido!*” Há documentação farta. O Deputado Relator da CPI de Grupos de Extermínio tem muita documentação que mostra toda essa estrutura. Então temos que partir deste momento, fazer a investigação e punir quem mata, seja lá quem for.



Não é para se fazer justiça? Não se cobra justiça? Esse mundo justo aí, tão bonito, que vem da Europa — dizem que é tudo justo —, direitos humanos... Então, está certo. Vamos cumprir! Vamos cumprir e vamos deixar de criminalizar o jovem.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Jonatas.

Nós vamos fazer como fizemos com a CPI que apurou a atuação de milícias e grupos de extermínio no Estado do Pará. Nós encaminhamos novamente o relatório ao Procurador-Geral da República e o anexamos à CPI de Violência contra Jovens Negros e Pobres. Então, Padre Luiz Couto, eu pediria a V.Exa. que pudesse imprimir e encadernar o relatório da CPI de Grupos de Extermínio, porque vamos encaminhá-lo novamente ao Procurador-Geral da República e vamos anexá-lo ao nosso relatório final, que vai ser entregue à OEA. Nós já aprovamos ontem uma Comissão. Eu acho que isso é fundamental para ajudar nesse processo. O.k?

Agradecendo a compreensão a Luiz Filho, próximo inscrito, concedo a palavra ao Padre Xavier, que tem um compromisso agora.

Obrigado.

O SR. SAVERIO PAOLILLO - Boa tarde. Eu sou Padre Xavier, sou italiano, faz 35 anos que estou no Brasil. Essa é a quarta periferia que vivencio. Eu fiquei em São Paulo, na Zona Leste, em Sapopemba; fui capelão do Pavilhão 8 do Carandiru e, depois, fiquei no Espírito Santo 13 anos. O Deputado Luiz Couto foi parceiro nosso nas lutas contra as barbáries no Espírito Santo. Passei alguns meses em Sussuarana, em Salvador, na Bahia, e acompanhei a luta do Milton Borges, que teve a coragem de levar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos a denúncia das violências contra a juventude negra, sobretudo a chacina que houve em Salvador. Aí, pela primeira vez, o Estado brasileiro reconheceu a expressão “genocídio do povo negro”.

E agora estou morando em Aguiarlândia. Faço questão de dizer “Aguiarlândia”, porque normalmente se fala de Marcos Moura e se esquece de que em Marcos Moura existe Aguiarlândia, que é a extrema periferia de Marcos Moura. É um pouco estilo nosso, como padre comboniano, partilhar a vida do povo da extrema periferia.



Portanto, quando falamos, não falamos porque ouvimos dizer, porque os outros nos contaram, mas por experimentar na própria pele. Até foi uma pena que, por questões de organização, não foi lá esta audiência, porque os senhores iriam andar na lama, muitas vezes até o joelho, porque é assim que estão as nossas ruas lá em Marcos Moura, na Aguiarlândia, nesses dias de forte chuva. E é sempre assim a nossa realidade. Quando não é a lama, é a poeira. É muita poeira, pelo abandono em que se encontra esse Município de Santa Rita.

O representante da Polícia Militar diz que só a Polícia Militar se faz presente. Na rua onde eu moro, Rua Alexandre Fleming, na Aguiarlândia, em 1 ano e meio em que eu moro lá, se eu vi uma viatura da polícia passar uma ou duas vezes, foi muito. Não passa nem a Polícia Militar.

É um território controlado pela criminalidade organizada. Nós somos reféns da criminalidade organizada. E o que me preocupa é ver que efetivamente o Estado não é absolutamente presente e os nossos territórios são comandados a partir dos presídios. Eu posso dizer isso de carteirinha. Posso até dizer nome e sobrenome, se eu quiser. Tudo é feito a partir de ligações dos presídios. É um Município, como disse o Vereador, que não faz absolutamente nada. Inclusive, há inúmeros inquéritos parados nas delegacias em relação a crimes de desvio de recursos públicos, de notas fiscais avulsas, de prestação de serviços que nunca foram executados como serviço, naquele esquema de ir lá, pedir uma ajuda e mandar fazer uma nota fiscal para, sei lá, vender verdura e frutas para a merenda escolar de 7.999,99 para escamotear a Lei da Licitação nº 8.666.

Então, assim tudo não vai para frente. Ninguém investiga. Quem paga o preço é a nossa garotada, a nossa juventude. Eu fiquei com nojo desse debate sobre a redução da idade penal, porque, com tanto tempo dedicado em cima desse assunto, ninguém, nem os Deputados da Paraíba disseram uma palavra sobre os mais de 90 dias em que as nossas crianças da rede municipal ficaram fora da escola. É por isso que se precisa discutir presídio. Onde nós vamos enfiar as crianças e os adolescentes que por 90 dias ficam fora da rede escolar, sem aula, sem atendimento médico nos postos de saúde? Não funciona nada. A gente vai lá ao dentista porque o menino está morrendo de dor por causa do dente. *“Ah, não tem o material”*. *“Diga-me o material que você precisa, que nós vamos lá comprar para você atender esse*



menino”. Não tem nada que funcione nesse Município! Nada! Nada! O povo está totalmente abandonado a si mesmo.

E além de toda essa violência institucional... É por isso que depois sobra para a polícia, viu! É por isso! É porque não tem escola, não tem saúde, não funciona nada. Não é que falte dinheiro; o dinheiro vai todo pelo ralo da corrupção. Inclusive existe um relatório da Controladoria-Geral da União que fala de 2 milhões de reais supostamente desviados em 2003 e 2004 nesse Município. E eu pedi que a Polícia Federal investigasse, porque são recursos federais. Eles começaram as aulas segunda-feira. Eu estava falando com Daniel. “*Daniel, o que vocês receberam de merenda escolar nesses dias?*” Nescau, bolacha e cuscuz. Só! E aí tem notas fiscais de frutas, de mamão, de banana, de não sei das quantas. É isso o que recebem os nossos meninos. Então, é inútil fazer discursos. Avançamos? Avançamos. Mas avançamos também na taxa de mortalidade violenta, avançamos na taxa de encarceramento. O Estado viola os direitos dos negros.

Eu queria ter mostrado aqui as fotos da cena de reconhecimento do Róger, presídio provisório. Não tem nenhuma diferença entre o navio negreiro e a cena do Róger. São 50 presos numa cela um pouco maior que um banheiro, onde é preciso fazer rodízio para dormir, quase todos negros. É uma falta de vergonha na cara! Eu concordo. Não se tem moral de falar dessa situação. Eu encontrei os porretes. Eu encontrei os porretes. Eu encontrei jovens negros dormindo no chão, por dias sem colchão, comendo comida com uma colher feita de um pedaço de garrafa PET. Negros!

Então, chega de conversa fiada! A realidade é essa. A gente está enjoado, repito. O que me faz — eu concludo — sofrer muito é quando vejo a *Veja*, ou não vejo, melhor ainda, plantar na capa os quatro rostos dos meninos que cometeram aquele terrível crime do Piauí. Eles acham que a gente não sofre por causa disso.

Por isso, às vezes, acham que nós não sofremos pelos companheiros deles que morrem. Sofremos, sim, porque nós pagamos as consequências da violência, porque a minha coordenadora do Projeto Legal, ontem, foi assaltada na Rua Alexandre Fleming, quando ia a trabalho para arrancar as crianças da criminalidade. Ninguém foi lá para ver.



Do meu projeto arrancaram quase tudo de lá, quando nós fazemos um trabalho para responder a uma pergunta: por que nós não chegamos antes? Por que nós não conseguimos prevenir? Por que nós não conseguimos evitar que a nossa garotada tivesse que se submeter a essa humilhação, a essa palhaçada que fizeram nesses 2 dias?

Passamos mal em ver Paulo Maluf dizer: *“Bandido bom é na cadeia ou morto. Eu botei a ROTA na rua”*. Que pena que a ROTA não o colocou na cadeia, porque merecia ser levado! *(Muito bem! Palmas.)*

Então, eu concluo. Sou solidário a vocês, porque sei o quanto é difícil a falta de políticas públicas. Eu queria tanto, ouviram, que a Polícia Militar entendesse também e não fizesse coro com todos aqueles que nos criminalizam enquanto militantes dos direitos humanos. Nós não queremos outra coisa senão aquilo que vocês querem, que a sociedade quer: que acabe essa violência. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Tem a palavra o Sr. Luiz Filho.

O SR. LUIZ FILHO - Bom dia a todas e a todos! Primeiro, eu quero dizer que estou aqui porque foram irmãos e irmãs que foram assassinados. Então, no caso, foi o meu irmão de sangue José Roberto de Lima Santos, o meu tio Paulírio e o meu tio Joaquim também.

Primeiro eu quero colocar a situação de alguns programas do Governo Federal, como, por exemplo, o PROJOVEM Adolescente e o PETI — Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, como essas coisas funcionam aqui. Por exemplo, eu participei, eu fui educando, aluno do PETI, aluno do PROJOVEM Adolescente, mas as Prefeituras de alguns Municípios costumam explorar a figura das crianças.

Por exemplo, eu sou da comunidade de Lagoinha, de Cruz das Armas, onde foi construído um prédio, há mais de 20 anos, que nunca sofreu uma reforma. A única coisa que houve agora foi trocar o telhado; nem pintar pintaram. Nunca pintaram, há mais de 20 anos. Então, essa é a situação do Centro de Cidadania de Referência da Comunidade de Cruz das Armas.

PROJOVEM Adolescente. O PROJOVEM Adolescente é um programa também do Governo Federal que hoje já não se chama mais PROJOVEM Adolescente nem PETI, é tudo serviço de fortalecimento de vínculo, não é isso?



Inclusive fiz parte dele, como o Paulo também. Fui educando e depois fui educador. Eu fui aluno do PETI, aluno do PROJOVEM e depois fui educador, arte-educador.

Então, coloco também que o PROJOVEM Adolescente é outro sistema para o qual o Governo tem de colher verbas, para o Prefeito e o Secretário desviarem essas verbas para eles. Dinheiro tem. Agora, vá procurar um fardamento, vá procurar uma bola de futebol, vá procurar uma parceria com algum estádio de futebol ou pagar, por exemplo, instrumentos musicais, pagar o salário, de acordo com o que vem lá de Brasília, aos funcionários!

A alimentação. Na semana passada, teve-se que liberar os meninos porque não havia alimentação para o PROJOVEM Adolescente. Teve-se que liberar os meninos, porque a Prefeitura não pagou o ônibus para pegar os meninos da comunidade e levar para outro espaço onde estão acontecendo as atividades. Essa galera vai para onde? Vai ficar onde? Fazendo o quê? Então, é interessante que a gente mostre esses caminhos que a Prefeitura e o Estado nos oferecem. É interessante, não é?

Inclusive, Sr. Policial, que bom! O senhor falou que a polícia está trabalhando e está conseguindo desmanchar uma visão que foi criada pela própria polícia e foi oferecida para a gente aqui em Santa Rita. Então, eu espero que isso aí se estenda a todo o mundo.

Na comunidade de Lagoinha, por exemplo, no Bairro de Cruz das Armas, onde eu moro, uma viatura da polícia foi abordar um jovem da comunidade, e outro jovem foi dizer: *“O que é isso, rapaz? Esse aí é um cidadão!”* Por causa disso, houve uma discussão e, em torno dessa discussão, a mãe e outros moradores estiveram presentes. Com isso, dentro de 5 minutos, havia mais de 10 viaturas da polícia, meu amigo! Eu não sei onde essas viaturas estavam. Parece que já estavam esperando! E aí a polícia pisou com o coturno na cabeça do rapaz que foi defender o outro. Inclusive a mãe do rapaz que estava sendo agredido pela polícia estava presente também, e a polícia começou a fazer disparos para cima, com os moradores ao redor. Então, já que isso está acontecendo aqui, eu espero que seja expandido para todo o mundo.

E a Adriana de Paiva Rodrigues? Ela foi uma detenta, infelizmente, do Presídio Bom Pastor, aqui de João Pessoa. Eu não ouço nada a não ser a



companheira Laura, que, de antemão, pegou esse caso e foi para a guerra. Nem o próprio Movimento de Mulheres Negras da Paraíba — BAMIDELÊ, por exemplo, levantou-se para falar alguma coisa, e aí essa moça foi morta em março de 2003, e não houve nenhuma investigação. A Laura foi tentar e, pelo contrário, estão tentando processá-la. Não é isso? Ela está sendo processada!

Então, é isso o que eu quero colocar. Isso aconteceu dentro da cela de um presídio. Ela foi, na verdade, morta dentro da cela de um presídio. Inclusive havia pessoas de minha família lá dentro do presídio também. Eles me contaram um pouco como foi a história. Ela era xingada; ela era vítima de racismo dentro do presídio; e ela foi colocada dentro da cela como...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUIZ FILHO - Certo, certo. Sim, senhora! Eu vou ter o mesmo tempo que o outro rapaz teve? Então, é essa a situação. Ela foi, na verdade, morta, asfixiada dentro da cela.

Eu quero colocar essas situações e dar bom dia ao Deputado Luiz Couto e aos que estão aqui na militância. Quero dizer que o nosso coração dói quando vamos falar do nosso povo, da nossa família; mas vamos à luta e vamos em frente, porque a polícia vem atrás. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Luiz Filho.

O próximo a falar é o Sr. Luiz Cândido.

O SR. LUIZ CÂNDIDO - Boa tarde a todos e a todas. Eu sou Luiz Cândido, participo da Associação dos Moradores do Conjunto Tibiri II, faço o movimento por moradia e estou construindo o plebiscito por uma Constituinte política.

Primeiro, eu gostaria de falar que nós estamos aqui analisando os efeitos e as causas. No passado, nós não analisávamos. Era preciso analisar o escravismo que acabou um dia desses; era preciso analisar que essa situação piorou quando o Governo criou o PROÁLCOOL, mandou todos os miseráveis serem expulsos do campo e inchou a cidade, onde as filhas dos trabalhadores vieram se prostituir e os filhos foram para os campinhos de pelada para conhecer droga, cachaça e não fazerem nada. Mas é preciso que a gente mude esse tipo de Estado! Para mim, não é conveniente que a gente venha aqui corroborar esse Estado miserável, que só vê dinheiro.



A Câmara dos Deputados, que representa um dos Poderes do Estado, é uma casa de negócio! As eleições, que se dão de 2 anos em 2 anos, são verdadeiras oportunidades de negócios. São poucos os Deputados, Vereadores, Senadores, Governadores, que se elegem sem o dinheiro. Compra-se o voto! Voto vendido é povo vencido. Nós estamos quase vencidos, porque muitos de nós vendem o seu voto. Aí, é corrupção. Mas a corrupção não está só aí na política, está em todos os campos públicos do Estado brasileiro.

O Ministério Público aqui em Santa Rita é uma miséria. Eu espero que tenha diminuído essa miséria com a saída de Serejo, porque era um verdadeiro representante do diabo, como dizia Hugo Chávez, certo? Tudo o que ele fazia olhava e, se tivesse o cifrão, feito Tio Patinhas, ele estava dentro, senão todas as mazelas aqui... E hoje a situação em que vive Santa Rita tem nascimento no Ministério Público.

Aí, eu penso: por que tem esses grupos de extermínio? Não é por conta da corrupção que está no Senado, na Câmara, no Palácio do Planalto, no Palácio da Redenção, no palácio do que for, nas escolas, nas universidades? Por que tem esses grupos de extermínio? A Polícia não sabe? Claro que sabe. E muitos dos policiais fornecem armas para aqueles que matam.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. LUIZ CÂNDIDO - Pois é, eu ia dizer besteira: eu ia dizer que conhecia alguns que fazem parte, mas não conheço, certo? *(Risos.)* Aqui, em Santa Rita, todo mundo sabia quem era a figura de Reginaldo Pereira e, por alguns trocados, votaram naquele cidadão. Santa Rita hoje, se fosse num país sério, já teria sido dissolvida e anexada a outro Município, porque nada aqui funciona.

Para se discutir o extermínio dos negros, só a discussão, vai-se à Câmara e, se chegar à mão de Eduardo Cunha, não sai porra nenhuma, porque ele é contra o povo — eu sei. *(Risos.)* Precisamos urgentemente, todos nós, todos nós, participar da mudança deste País, participar das discussões sobre a Constituinte política. E, muitos de nós, porque estamos numa zona de conforto, não participamos, porque enquanto alguém estiver no conforto os outros que se danem. Enquanto alguns que estão mesmo nos movimentos adquirem um cargozinho comissionado, seja numa Prefeitura ou no Estado, ele vem aqui só para fazer falsidade, e muitos têm essa



prerrogativa quando aparece no movimento social: “*Venha que cá, você vai ter o seu*”.

Então, pessoal, nós precisamos pôr fim a isso, precisamos modificar. E eu peço ajuda à Câmara para modificar a situação da mídia, porque só se sabe na mídia comum, aí, que foi acerto de contas, acerto de contas! Todo mundo que morre e que é assassinado era drogado, era drogueiro? Não, não era. O que nós temos que fazer é dar oportunidade para que alguém diga também o que acontece do outro lado da grande mídia e, assim, precisamos modificar este País, precisamos modificar este País! Não podemos continuar assim.

O Dr. Damião está aqui ainda? O Dr. Damião, aqui na cidade, ele aparece e dá um banho de dinheiro em quem quer trabalhar para ele, compra voto a troco de banana, e nós — miseráveis, povo — caímos nessa situação. Mas não é só o Dr. Damião, de coração para coração, não. *(Risos.)* Eu só não vim comprar voto agora do Luiz Couto, porque é mão de vaca, mas os outros todos aparecem e compram voto, e o povo se vende feito uma mercadoria barata. A Associação do Tibiri II, o movimento por moradia e outros movimentos estão inseridos, principalmente esses dois de que eu participo, estamos inseridos na possibilidade, na luta para modificar este País e, para modificar este País, nós ainda vamos sofrer muito, mas vamos lutar até o fim! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a próxima inscrita, a Sra. Suzany Ludimila Silva.

A SRA. SUZANY LUDIMILA SILVA - Boa tarde a todas e a todos. Saúdo os mais velhos, os mais novos, os resistentes, os militantes do movimento negro, aqueles que estão empenhados, sendo sociedade civil, e aqueles que estão aqui, os poucos do poder público, se comprometendo com essa pauta e com essa questão que é a nossa dor. E, enquanto mulher negra, nordestina, eu penso que essa situação de mortes em que a gente vive, quanto à questão das várias denúncias feitas em sua maioria por mulheres, estas mulheres muitas vezes não conseguem nem colocar a sua dor sem chorar e sem remeter à lembrança do que é essa perda que carrega, não só ela e a sua família, mas todo um território.

A respeito de Santa Rita, aqui a gente vem colocar essa questão. Eu fui articuladora do Plano Juventude Viva aqui na Paraíba e, infelizmente, o que a gente



constata é que uma conquista do movimento negro brasileiro, da juventude negra brasileira, que a gente deve marcar como uma conquista, um passo de colocar, de apontar que a juventude brasileira está morrendo, especialmente a juventude negra. Colocar isso para as gestões é primordial no século XXI, anunciar que, enquanto juventude, a gente precisa estar garantindo a nossa vida — a gente e o Estado. E esse Estado foi tocado, de certa maneira, por colocar essa questão.

Mas o que a gente vê, o que a gente viu nesse processo? Uma questão que estava sendo organizada em âmbito federal não alcançou os Municípios nem o Estado, não sei se por falta de vontade política, mas eu entendo que existem vários processos de relações, de negociações, mas sobretudo o que eu acho — e eu concordo com o Joe — é que não se assume essa questão de ser racista, de ser um Estado racista e fascista. Essa é a principal questão que a gente vem colocar aqui, porque, se existe uma relação intersetorial dessas políticas para garantir o mínimo, que é tirar a vulnerabilidade dessa juventude, isso não foi pactuado, embora os poucos que se encontram aqui resistentes são essas figuras que pactuaram.

Se essas figuras que pactuaram não têm poder de decisão, como Governador, como Secretários de Estado, Prefeitos e Vereadores, que deveriam estar aqui, então, isso não vai sair da plena vontade, do desejo do coração que essas pessoas têm, infelizmente. Desejo e vontade do coração não fazem política, não implementam orçamento, não garantem nenhum ordenamento, principalmente para a Polícia, que não deve agir dessa maneira nos territórios criminalizados, e que efetivamente sofrem a ação nefasta de uma Polícia que é racista, que é capitã do mato, com certeza.

Aí, a gente vem colocar o papel crucial da educação em Santa Rita. A gente está falando de um Município que tem mais de 120 mil habitantes e menos de 10% da sua população concluem o ensino médio. O ensino médio é responsabilidade do Estado. Os estudantes que estão morrendo estavam na escola no ensino médio. Se eu não me engano, são só três escolas do ensino médio para toda a Santa Rita.

E o que a Secretaria de Estado da Educação está fazendo? Coloca o número dos alunos que evadiram da escola, enquanto eles são assassinados. Teve estudante este ano e no ano passado que foi assassinado na porta da escola, aqui no centro de Santa Rita. E o que os professores, Secretaria da Educação e



principalmente os diretores estão fazendo? Chamam a Polícia para dar baculejo, para receber os estudantes com armas e para dizer que eles não entram de boné e não entram de bermuda. Nem sabem qual é condição, principalmente desses estudantes que moram nas favelas rurais de Santa Rita, que são as “lândias”: Bebelândia, Cicerolândia. Esses estudantes têm que pagar o transporte escolar que é colocado para ser público. Esta Prefeitura não garante transporte escolar para essa galera ir a escola, e eles têm que pagar do próprio bolso.

Essa é uma denúncia para saber quem está se comprometendo com a vida desses estudantes, desses jovens negros de Santa Rita, que moram nas favelas rurais, que moram nos Bairros de Alto das Populares, aqui da Vila do Cadeado, e de Marcos Moura? Eles estão morrendo, porque não podem nem acessar o espaço mínimo que é o da escola. E a gente vem fazer esta denúncia aqui, da Secretaria Estadual de Educação, que permite que a Polícia Militar esteja dentro da escola não fazendo um trabalho que a gente entende que seja de prevenção, mas, sim, de coerção, um trabalho que vem criminalizar esses estudantes que deveriam estar acessando plenamente o direito à educação.

Então, a gente entende que é um passo importante esta CPI. À tarde, a gente continua. Mas sobretudo, infelizmente, quem deveria estar aqui para se comprometer não está. Então, resistimos, ouvimos mais do mesmo, porque somos esta militância, mas a gente tem que comprometer — e esta CPI tem que colocar isso, né? —, comprometer quem de fato deve ser comprometido, porque a juventude está morrendo, sem poder nem ter espaço de fala e de ser ouvida também. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

O próximo orador é o Isac Santos.

O SR. ISAC SANTOS - Bom dia a todos. Eu quero dizer que, certa feita, fui abordado pela ROTAM — Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas, estava de chinelas havaianas, bermuda, muito simples na minha vestimenta, de folga do meu trabalho, à época, como inspetor de escola, mas a ROTAM me abordou de uma forma muito fora do padrão. Eu fui militar da Aeronáutica por 4 anos e sei como abordar. Tenho curso da ACADEPOL — Academia de Ensino da Polícia Civil também. Um cabo das antigas — acho que aqueles cabos que não fizeram concurso



—, ele, com o dedo no gatilho, apontou para minha testa. Enquanto isso, um soldado novo, num procedimento normal, apontava o dedo retesado para um lugar seguro, mas o cabo, com o dedo no gatilho, apontava para minha cabeça.

Eu, obedecendo aos comandos, solicitei ao cabo que apontasse a arma para um lugar seguro, porque eu estava obedecendo aos comandos e que eu era um cidadão de bem, evangélico, tranquilo. *“Estou obedecendo aos comandos, aponte para um lugar seguro, porque, qualquer susto aí, você vai estourar minha cabeça.”*

Ele achou que eu estava desacatando, né, e veio com esse papo de desacato. E, ali, nesse papo de desacato, eu disse: *“Eu não estou desacatando. Eu estou falando para você, porque eu tenho conhecimento de causa. Eu sou ex-militar da Aeronáutica, tenho conhecimento de abordagem, aponte para um lugar seguro. Já vi muitos casos de morte.”* Mas eu fui espancado demasiadamente, eu apanhei muito desses policiais, em João Pessoa.

E, quando chegou um oficial, um major, aí, nisso, eles já me algemaram. No que me algemaram, deram uma puxada assim, meus braços ficaram assim. Mas eles puxavam tão forte, para cima, que doía demais o meu braço. Eu não sou violento, mas eu fui violentado, cara. E eu sem aceitar, né? E, de repente, chega esse oficial. Aí, ele diz: *“O que aconteceu com esse cara?”* E eles: *“Estava querendo ensinar a ROTAM a trabalhar, major.”* *“Como é que é, marginal?”* Eu digo: *“Marginal, não. Major, eu sou um cidadão, eu pago meus impostos, eu não sou marginal.”* Aí, ele pegou e disse: *“Cala a boca, seu bandido.”* E deu um soco na minha cara que eu cheguei a ver o céu. Você vê um clarão, né? Eu nunca tinha apanhado no rosto, de ninguém. Levei um soco desse major, de cima pra baixo. Eu algemado, assim, e ele bater de cima para baixo, começar a me socar, me socar, me socar... E eu fiquei...

Até hoje, eu tomo Roxetin, que é um antidepressivo e para síndrome do pânico. Se eu não tomar, eu fico com medo. Vocês me olham, assim, normal, tudo o.k., mas, se eu não tomar o Roxetin, eu fico com medo, achando que tem alguém querendo bater em mim, me matar, sei lá, uma doidice assim, sabe? Não sou doido, não, mas infelizmente tenho que tomar esse negócio. E, para dormir, Bromazepan. Mas não se assustem comigo, não, porque eu sou um doido controlável por esses comprimidos. Mas, enfim, eu não era drogado. Hoje eu me drogo, né? É claro, droga lícita, né, vendida em farmácia, porque eu tenho síndrome do pânico e sofro, vez por



outra, de depressão, por conta de violência da Polícia Militar, por ela não saber abordar, por conta da aparência, né?

Para encerrar, para finalizar, eu dou glória a Deus pela Operação Squadre, que colocou esse major preso. Apareceu no *Jornal Nacional* ele e o irmão dele, matador de primeira. Não vou nem citar o nome, porque senão eu vou ter que pedir a proteção da Polícia Federal. Aí eu não sei como é que faço para ter... Porque o nosso nobre Deputado aqui não gosta da liberdade de que muitos gozam, né: “*Não, não fala o nome, não, pelo amor de Deus, porque senão daqui eu não saio*”.

Então, eu quero dizer para vocês: eu, Isac Santos, sou vítima e até hoje sofro desse problema psicológico da síndrome do pânico, por conta de um major. Mas ele está aí sendo processado. Oxalá que ele seja condenado, e perca a farda, e vá para um presídio! Porque, se fosse eu, ou um negro, ou outra pessoa — eu sou pardo, né? —, o que aconteceria? Eu já estaria condenado. Por que ele ainda não foi condenado? Ou seja, a corrupção está no Judiciário. O Judiciário é um dos piores culpados de este País estar nesta lamúria, nesta desgraceira toda. A maior corrupção no Brasil está no Poder Judiciário.

Essa é a minha fala.

Um abraço a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O próximo e último orador é o Maurício Roberto.

O SR. MAURÍCIO ROBERTO - Eu ia dizer bom dia, né? Mas, a noite do dia 1º para o dia 2, agora, foi uma mais tristes do ano: no Congresso Nacional, foi aprovada, em primeiro turno, a redução da maioria penal. E queria dizer que eu estou envergonhado, envergonhado dos Deputados e Deputadas que votaram “sim” àquele projeto, que é mais um sistema, é mais um instrumento, é mais um mecanismo de genocídio da nossa população. E há Deputados aqui que votaram “sim”. Então, eu estou envergonhado, envergonhado de vocês.

Eu sou estudante desta casa aqui, de Santa Rita, quotista. Eu não estou aqui por brincadeira. Eu estou aqui porque falar do meu povo, como o Luiz disse, dói. Falar do meu povo é falar de mim, sabe? Saber que, segundo o Mapa da Violência de 2014 — mostraram os dados de 2012 —, 275 negros e negras foram



assassinados e apenas — e apenas, não — três brancos foram assassinados. E essa discrepância? Se não for extermínio da população negra, o que é?

A segunda coisa, vamos escurecer tudo isto aqui: eu agradeço, sim, tipo ter a CPI e tal, mas isso é uma vitória do Movimento Negro no Brasil (*palmas*), porque nós resistimos. O Congresso não quer, de forma alguma, que essas políticas sejam aprovadas, sejam efetivadas. Somos nós que sentimos na pele, nós pretas, nós pretos, o racismo! Nós morremos diariamente!

E a Polícia Militar? Parece que esquecemos para que ela nasceu, não é? Com a Lei Áurea, né? Com aquela bomba da Lei Áurea? O que fizeram? Instituíram Polícias, Polícias de ruas. E essas Polícias de ruas foram para observar quem? Marginais. Quem eram os marginais? A população negra. Por que a população negra? Por que não tivemos condição? Por que somos incompetentes? Não, porque o Estado legitimava isso; porque o Estado nos impossibilitava de ocupar o espaço, e ainda impossibilita.

No nosso Congresso Nacional, sabe quantos negros e negras temos? Quatro vírgula três por cento. Segundo o IBGE, 51% da nossa população é negra e só temos 4,3% de Deputadas e Deputados negros e 10% de Deputadas mulheres. Dessas 10%, apenas 3,1% são mulheres negras. No Judiciário, temos 12% de Juízes negros. É o Judiciário, é o Executivo, é o Legislativo, sim, que nos impossibilitam de avançar. É o Judiciário quando o Magistrado, em um caso, diz que aquela pessoa não sofreu racismo. Ele imputa injúria qualificada pelo preconceito racial àquele sujeito para que pague uma multa e saia ileso. Mas eu fico muito crizado porque, de fato, este Governo, não o Governo, mas o Movimento Negro está se fortalecendo, vai se fortalecer e vocês vão ter que aguentar? (*Palmas.*)

Quanto a essas políticas que estão sendo efetivadas com cotas, com ações afirmativas de políticas públicas para a população negra, eu e outros negros e negras estamos nesta universidade com essas ações. Agora, temos 20% de cotas para negros em concursos federais. Mas aí eu me criso novamente, porque são políticas como essas que vêm do Movimento Negro e dos movimentos populares que nos dão essa oportunidade. Mas é o mesmo movimento que não nos proporciona a permanência. No meu curso — eu faço o quarto período aqui nesta Casa —, entramos 10 negros e negras e hoje só há dois. Por quê? Porque não há



nenhum tipo de estímulo, políticas públicas para que resistamos aqui dentro. Só há dois. Para finalizar, dizer que nós resistiremos, venceremos e continuaremos na luta! Axé! (*Palmas*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Como nós temos um horário, não é isso, Deputado Luiz Couto? Uma audiência pública, às 14 horas, em João Pessoa e não houve nenhuma pergunta — não sei se essa é a compreensão da Mesa —, mas houve mais contribuições, falas, pergunto se alguém da Mesa quer fazer uso da palavra. Mas peço a compreensão de todos, porque, se não quiserem, melhor ainda. (*Pausa.*)

Quanto à última fala do Maurício Roberto, a CPI trabalha para entregar uma proposição legislativa para criar o Fundo Nacional de Promoção Racial. É evidente que a SEPPIR — Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial é um avanço, mas, como nós estamos dizendo que quem morre são os pretos e as pretas — o povo negro —, nós estamos dizendo que é preciso ter políticas afirmativas específicas. Então, nós precisamos arrumar um fundo específico também. Eu acho que a SEPPIR precisa vir acompanhada de um fundo, e nós vamos apresentá-lo. É evidente que a CPI deve aprovar, mas, para virar lei, gerar um projeto da CPI, vai depender da mobilização do Congresso Nacional.

Mas, para responder um pouco na linha da sua intervenção, nós defendemos também, entre um dos 18 projetos — não citei aqui todos —, é apresentar a criação de um fundo público com recursos. Temos que decidir de onde vai sair e quais serão as receitas que vão compor esse fundo para políticas afirmativas no Brasil. É evidente que, como o plano de enfrentamento ao homicídio requer um conjunto de políticas sociais, ele será aplicado na execução desse plano nacional.

Concedo a palavra ao nosso Promotor de Justiça, Sr. Marinho Mendes, por um minutinho.

O SR. MARINHO MENDES - Pessoal, não será mais de um minuto, não. A minha retomada aqui é para pedir, Deputado Luiz Couto, que seja realmente somado esforço para federalizar o crime de extermínio. Aqui no Marcos Moura, Cândido, que é muito corajoso, mas não teve coragem de dizer que tem um grupo de policiais que atua aqui matando a juventude. Todo mundo sabe quem é. Nós participamos de um processo aqui, em Santa Rita, em que, de uma vez só, esses



policiais do grupo de extermínio mataram quatro jovens, mas até as famílias negam. As famílias sabem e tal. Mas, chega na hora, com o réu presente, a família nega. Então é impossível se condenar sem prova. Eles são muito bem organizados, têm bons advogados. Se é muito difícil condenar com provas, imagine sem provas. Retirando das mãos, os delegados não querem investigar. Já começa aquele espírito de corpo, as testemunhas não são escutadas, não tem nenhum estímulo.

Então, que seja retirada da mão realmente do Estado essa investigação, que não investiga nada. E concordo com os dois meninos de que não existe política nenhuma. Não é grupo de capoeira aqui e acolá, um negócio isolado que é política pública, política pública é política geral para todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado a todos os companheiros e companheiras que compuseram a Mesa conosco. Muito obrigado aos movimentos sociais pela presença, pelo voto de confiança. Muito obrigado aos nossos técnicos e Assessores da CPI da Câmara dos Deputados, aos meninos e meninas comandados pela Sílvia. Muito obrigado ao Deputado Luiz Couto, que ajudou, organizou e mobilizou a vinda da CPI nesta diligência, oitiva, debate e audiência, tanto aqui em Santa Rita como também em João Pessoa.

Muito obrigado, Deputado Luiz Couto. Estamos juntos e firmes sempre.